# EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL (IVS-DF) 2018-2021

RELATÓRIO





# Evolução do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF) 2018-2021

#### **GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Ibaneis Rocha Governador

**Celina Leão** Vice-Governadora

#### SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL - SEEC

Ney Ferraz Júnior Secretário

#### INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF Codeplan

Manoel Clementino Barros Neto
Diretor-Presidente

**Leandro Nonato Mota** Diretor de Administração Geral

Renata Florentino de Faria Santos Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

**Marcela Machado**Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Dea Guerra Fioravante**Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas

**Sônia Gontijo Chagas Gonzaga** Diretora de Estratégia e Qualidade

#### **EQUIPE RESPONSÁVEL**

#### DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS SOCIAIS - DIPOS

· Marcela Machado - Diretora

# Coordenação de Estudos e Pesquisas Quantitativos de Políticas Sociais - COPAQ/DIPOS

• Juliana Estanislau Cançado - Coordenadora

#### Supervisão da pesquisa

- · Marcela Machado Diretora
- Juliana Estanislau Cançado Coordenadora

#### Participação na pesquisa

- Victória Evellyn Costa Moraes Souza Concepção do estudo; tabulação de dados; análise e interpretação de dados; redação.
- Juliana Estanislau Cançado Concepção do estudo; análise e interpretação de dados; redação; revisão crítica.
- Ana Carolina Vaz Revisão de literatura; redação.
- Maria Salete Alves Queiroz Redação; revisão crítica.

Editoração Eletrônica

Maurício Suda - Ascom

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. O CONCEITO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE ÍNDICES SINTÉTICOS	11
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	
3.1. Breve histórico da construção da primeira edição do IVS-DF	
3.2. Evolução da metodologia de cálculo do IVS-DF	
3.3. A composição do IVS-DF	10
4. O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL:	
EVOLUÇÃO ENTRE 2018 E 2021	
4.1. Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1)	
4.2. Dimensão Capital Humano (D2)	
4.3. Dimensão Renda e Trabalho (D3)	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
•	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
APÊNDICE	42
APÊNDICE A - Tabela 1 - Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal	
e suas três dimensões por RA, 2018 e 2021	
APÊNDICE B - Tabela 2 - Ranking e faixas do IVS-DF, 2018 e 2021	43
APÊNDICE C - Tabela 3 - Ranking da Dimensão Infraestrutura e Ambiência	
Urbana (D1), 2018 e 2021	44
APÊNDICE D - Tabela 4 - Indicadores componentes da Dimensão	4-
Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1) por RA, 2018 e 2021	45
APÊNDICE E - Tabela 5 - Ranking da Dimensão Capital Humano (D2), 2018 e 2021	46
APÊNDICE F - Tabela 6 - Indicadores componentes da Dimensão Capital	40
Humano (D2) por RA, 2018 e 2021	47
APÊNDICE G - Tabela 7 - Ranking da Dimensão Renda e Trabalho (D3),	••
2018 e 2021	48
APÊNDICE H - Tabela 8 - Indicadores componentes da Dimensão Renda e	
Trabalho (D3) por RA, 2018 e 2021	49

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar um registro sobre o processo de elaboração do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF), calculado com base nos dados das edições de 2018 e de 2021 da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), e os resultados da sua evolução entre os dois anos, no Distrito Federal e em cada uma de suas Regiões Administrativas.

O IVS-DF é um índice sintético que busca expressar de forma mensurável como estão as condições de vida, as carências sociais e o bem-estar da população do Distrito Federal em uma perspectiva multidimensional. As dimensões que compõem o índice representam grandes conjuntos de ativos, ou recursos, cuja posse ou ausência/insuficiência são determinantes fundamentais das condições de vida da população. A partir do entendimento de que o bem-estar social depende de diversos fatores, entre os quais a disponibilidade de serviços e políticas públicas, o IVS-DF pretende ir além da perspectiva de vulnerabilidade social associada apenas à insuficiência de renda.

A primeira edição do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal foi elaborada e divulgada em 2020, a partir dos dados da PDAD 2018. Sua construção se deu no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2020, firmado entre a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), agora Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan), e o Distrito Federal, por intermédio da sua Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh/DF).

Com base em uma demanda encaminhada à então Codeplan pela Seduh/DF, o IVS-DF deveria servir para indicar desigualdades e as principais demandas territoriais no DF, tendo como principal objetivo subsidiar a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), em andamento à época. A partir da demanda, teve início, então, um trabalho conjunto entre Codeplan e Seduh/DF, que agregaram suas habilidades e conhecimentos para a elaboração do melhor índice possível, dentro das condições disponíveis.

Com a divulgação dos dados da PDAD 2021, o IVS-DF passou por um processo de revisão e atualização. Algumas alterações metodológicas se fizeram necessárias e o índice foi recalculado para o ano de 2018 e calculado, pela primeira vez, para 2021, de forma que fossem obtidos resultados a partir de uma mesma metodologia.

A consistência da metodologia de cálculo do índice ao longo do tempo permite a construção de uma série histórica – que tem, até o momento, os anos de 2018 e 2021. A análise da série histórica do IVS-DF, por sua vez, pode revelar tendências sociais estruturais, transformações ocorridas no território e a efetividade de políticas públicas realizadas. O IVS-DF pretende auxiliar os gestores públicos no desenho e na implementação de políticas públicas no DF e, por isso, é de grande importância que seus resultados sejam comparáveis ao longo dos anos.

Além desta introdução, o relatório está estruturado em quatro seções. A segunda seção apresenta uma breve discussão sobre o conceito de vulnerabilidade social, destacando a definição de vulnerabilidade social em que se ancora o IVS-DF, e aborda as limitações e potencialidades de índices que buscam sintetizar conceitos multidimensionais, como é o caso do IVS-DF. A terceira seção descreve a metodologia de cálculo do IVS-DF, apresentando um breve histórico do processo de construção da primeira edição do índice (IVS-DF 2018), e

destacando as alterações metodológicas entre a primeira e a segunda edição. A quarta seção apresenta os principais resultados do IVS-DF, em 2018 e 2021, para o DF como um todo e para cada uma das 33 Regiões Administrativas do território. São apresentados os resultados do índice geral e de cada uma das suas três dimensões componentes. Por fim, na quinta seção, são retomados os principais pontos do trabalho e feitas as considerações finais.

# 2. O CONCEITO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DE ÍNDICES SINTÉTICOS

Vulnerabilidade é um conceito "guarda-chuva" que relaciona populações com o seu ambiente, sendo utilizado em estudos de diversas áreas do conhecimento, como na saúde, nas ciências sociais, ciências naturais, psicologia e gestão pública. De forma geral, entendese que ser ou não vulnerável está relacionado à ideia de precariedade, sendo o vulnerável aquele que está em uma situação de desvantagem quanto a algum critério — seja renda, serviços, qualidade de vida, condições de saúde, entre outros — e que é alvo de políticas públicas específicas que buscam garantir seus direitos (AYRES *et al.*, 2009; FIGUEIREDO; NORONHA, 2008 apud SCOTT *et al.*, 2018). A aplicação do conceito de vulnerabilidade tem servido, portanto, para identificar e também diferenciar populações em situações desfavoráveis em relação a outros grupos populacionais por parte de gestores públicos e tomadores de decisão (APOTSOS, 2019).

A diversidade de usos e aplicações do termo é resultado dos diferentes campos de pesquisa, localidades geográficas e situações específicas para os quais a análise da vulnerabilidade pode ser direcionada (SCHUMANN, 2014), que vão desde riscos naturais e ambientais ao debate sobre a garantia dos direitos humanos. Apesar da pluralidade de usos, o conceito de vulnerabilidade está relacionado a três dimensões básicas, que podem ser aplicadas de forma isolada ou em conjunto: exposição ao risco; capacidade de enfrentamento dos riscos; e o potencial de recuperação dos danos sofridos (SCHUMANN, 2014).

Na dimensão social, também não há consenso na literatura a respeito do conceito de vulnerabilidade social. Essa expressão ganhou destaque nos debates acadêmicos e políticos a partir da percepção de atores internacionais¹ de que a matriz analítica da pobreza não seria suficiente e limitaria as explicações sobre os problemas sociais unicamente às questões econômicas e financeiras (KATZMAN, 2001). Dois fenômenos, em especial, influenciaram o crescimento de estudos com foco na vulnerabilidade social a partir da década de 1990: o aumento do número de famílias em situação de pobreza e imobilidade social e, ao mesmo tempo, a ocorrência de crises econômicas dos modelos desenvolvimentistas (MONTEIRO, 2011; SCHUMANN, 2014).

Em um esforço de ampliar a compreensão sobre situações que foram tradicionalmente definidas como situações de pobreza, a ideia de vulnerabilidade social tem sido cada vez mais utilizada por pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas. O conceito de vulnerabilidade social pretende, portanto, ser multidimensional, abarcando diversos fatores, além dos recursos financeiros, que são determinantes da qualidade de vida e do bem-estar da população.

Na década de 1990, estudos do Banco Mundial começaram a trabalhar o conceito de vulnerabilidade como privação de ativos, que seriam recursos, materiais ou não, fundamentais para determinar a situação de bem-estar social dos indivíduos e famílias, tais como emprego, moradia, capital humano, entre outros (COSTA et al., 2018). Inspirado no trabalho de Moser (1998 apud COSTA et al., 2018), o modelo de vulnerabilidade de ativos entende que a

A Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com o Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foram instituições de extrema relevância para a difusão do conceito, em especial nos anos 1980 e 1990. A noção de vulnerabilidade social apresentada por esses atores se constrói com foco no território da América Latina.

vulnerabilidade dos indivíduos e famílias se daria por conta da falta ou escassez de ativos ou pelo manejo inadequado, por parte desses indivíduos e famílias, dos ativos de que dispõem.

Apesar do conceito de vulnerabilidade de ativos reconhecer que o bem-estar das pessoas depende da posse de alguns ativos/recursos além da renda, como a disponibilidade de serviços públicos, a qualidade do meio ambiente, a liberdade política, e, com isso, permitir que sejam identificadas as diversas dimensões que influenciam a qualidade de vida e o bemestar, ele acaba por encontrar nos próprios indivíduos e famílias a origem dos problemas que enfrentam, assim como o ponto central para a sua solução.

Este trabalho, em contrapartida, se baseia no entendimento de que a vulnerabilidade social não é determinada apenas por atributos individuais, resultando de um amplo processo social e que, ao ser assim compreendida, não pode ser alterada apenas por meio dos próprios indivíduos. É necessária a atuação do Estado, por meio da provisão de bens e serviços, para reduzir desigualdades e garantir o acesso daqueles em situação de vulnerabilidade social à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais.

Nesse sentido, o Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF) foi construído com base na ideia de vulnerabilidade social como

"produto das desigualdades sociais, ou seja, dos fatores sociais que influenciam ou moldam a susceptibilidade de vários grupos de serem prejudicados e, ao mesmo tempo, regem a sua capacidade de resposta. No entanto, ela também inclui desigualdades de território, características como o nível de urbanização, taxas de crescimento e vitalidade econômica, que contribuem para a vulnerabilidade social de lugares" (CUTTER, BORUFF, SHIRLEY, 2003, p. 243. *Tradução nossa*).

Partindo do entendimento de que a vulnerabilidade social extrapola a falta de recursos financeiros e que deve ser analisada a partir da relação entre diversos fatores da estrutura social, como inserção no mercado de trabalho, qualidade das relações sociais, disponibilidade e acesso a serviços públicos (SCOTT et al. 2018), o IVS-DF busca indicar como está a situação da população residente no Distrito Federal quanto ao acesso, à ausência ou à insuficiência de determinados ativos/recursos cuja posse é fundamental para o bem-estar social e os quais deveriam, em grande medida, ser providos pelo Estado por meio de políticas públicas. O índice permite, assim, identificar gargalos na oferta de bens e serviços no território do Distrito Federal, de forma a atender à demanda de gestores públicos por ferramentas que auxiliem no desenho e na implementação de políticas públicas e nas decisões quanto à focalização e à alocação de recursos.

Esse esforço de sintetizar e expressar de forma mensurável as diferentes dimensões que influenciam as condições de vida da população ganhou destaque, no mundo e no Brasil, a partir dos anos 1990, quando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>2</sup> foi lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A partir do IDH, surgiram outros índices sintéticos que se propõem a mensurar e ordenar situações de pobreza, qualidade de vida, vulnerabilidade e outras concepções multifatoriais relacionadas ao bemestar de indivíduos, famílias e populações.

O IDH mede o nível de desenvolvimento das nações a partir da média de indicadores de três dimensões: saúde; educação e renda. A dimensão da saúde é medida pela expectativa de vida, a renda é medida pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita e a dimensão da educação é medida por dois indicadores, quais sejam: i) o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas com idade a partir de 25 anos; e ii) o número total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança (PNUD Brasil. O que é o IDH. Disponível em: <a href="https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh">https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-%C3%A9-o-idh</a>. Acesso em: 9 jan. 2024.)

No Brasil, algumas iniciativas nesse sentido têm sido realizadas por instituições públicas de pesquisa e estatística e outros órgãos públicos, com objetivos similares aos do IVS-DF, que, em geral, perpassam a identificação de áreas prioritárias para os investimentos públicos, o mapeamento das desigualdades sociais em um determinado território, a análise da distribuição territorial de bens e serviços públicos. Entre essas iniciativas estão o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS),³ o Índice Paulista de Desenvolvimento Municipal (IPDM),⁴ ambos desenvolvidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade); o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS),⁵ da Fundação João Pinheiro (FJP); o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU-BH),⁶ elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com pesquisadores da PUC Minas; e o Índice de Vulnerabilidade Social da Juventude (IVSJ),⁵ criado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Além das iniciativas locais, destaca-se, entre as experiências nacionais, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com resultados para todos os municípios brasileiros. O IVS do IPEA serviu de ponto de partida para a elaboração do IVS-DF, conforme será explicado na próxima seção, que apresenta a metodologia de construção do índice do Distrito Federal.

Representar a vulnerabilidade social ou outros conceitos multidimensionais por meio de um índice sintético é um grande desafio. Um dos obstáculos enfrentados para a construção desse tipo de medida diz respeito à escolha das dimensões e dos indicadores que serão utilizados para retratar processos complexos e, por vezes, dinâmicos (SCHUMANN; MOURA, 2015; COSTA et al., 2018). A disponibilidade de dados para a construção dos indicadores propostos também é um ponto de atenção. É importante que os dados sejam específicos, válidos e que sejam coletados com regularidade e a partir de metodologias estáveis, de forma que o índice possa ser atualizado e acompanhado longitudinalmente (COSTA et al., 2018). O uso de índices sintéticos também deve levar em conta o risco de que a medida produzida substitua o próprio conceito que ela representa (SCHUMANN; MOURA, 2015).

Apesar de algumas limitações relacionadas ao uso de índices sintéticos, essas medidas têm um papel fundamental no atendimento das demandas por informação por parte dos gestores públicos e da sociedade em geral. Índices, como o IVS-DF, facilitam a divulgação de resultados sobre temas complexos e contribuem para a disseminação da cultura do uso de indicadores nas políticas públicas. Além disso, a espacialização desses índices, com a representação de seus resultados em mapas, permite uma rápida visualização da distribuição da vulnerabilidade no território e a identificação de áreas prioritárias em termos de ação do Estado. Finalmente, a construção de séries históricas desse tipo de medida permite o acompanhamento das condições de vida de uma população ao longo tempo, as mudanças ocorridas em cada dimensão considerada no índice e a identificação de tendências sociais, o que é fundamental para o monitoramento das políticas públicas aplicadas e a análise de sua efetividade.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Disponível em: <a href="https://ipvs.seade.gov.br/view/index.php">https://ipvs.seade.gov.br/view/index.php</a>.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Disponível em: <u>https://ipdm.seade.gov.br/.</u>

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Disponível em: <a href="https://imrs.fjp.mg.gov.br/">https://imrs.fjp.mg.gov.br/</a>.

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Disponível em: <a href="https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-qualidade-de-vida-urbana">https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-qualidade-de-vida-urbana</a>.

Nota técnica disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/10/NT\_77.pdf.

#### 3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1. Breve histórico da construção da primeira edição do IVS-DF

O IVS-DF foi construído a partir de uma demanda da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh/DF) encaminhada, em 2020, à antiga Codeplan. De acordo com a demanda, o índice a ser elaborado deveria servir para indicar desigualdades e as principais demandas territoriais no DF, a fim de subsidiar a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). A partir da demanda e da celebração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Codeplan e o Governo do Distrito Federal, por meio da Seduh/DF, as equipes técnicas da Codeplan e da Seduh trabalharam em conjunto para construir uma proposta metodológica para o índice. Participaram do projeto representantes das três diretorias finalísticas da Codeplan e da Coordenação de Planejamento e Sustentabilidade Urbana (Coplan) da Subsecretaria de Políticas e Políticas Sociais (DIPOS) da Codeplan (agora IPEDF Codeplan).

O ponto de partida para a elaboração do IVS-DF foi um índice similar, desenvolvido pelo IPEA, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), calculado para todo o Brasil e composto por dezesseis indicadores organizados em três dimensões da vulnerabilidade social, a saber: i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; e iii) renda e trabalho. A partir da análise do IVS-IPEA, uma série de decisões foi tomada pelo grupo de trabalho para tornar o IVS-DF mais aderente à realidade do Distrito Federal.

Uma das principais decisões tomadas pelo grupo de trabalho foi a utilização de dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), coletados pelo IPEDF Codeplan, para o cálculo do índice. No momento da construção do IVS-DF, a última edição da pesquisa disponível era a PDAD 2018. A PDAD é uma pesquisa amostral realizada pelo IPEDF Codeplan com periodicidade bianual e coleta informações sobre aspectos demográficos, migratórios, condições sociais e econômicas, acesso à educação e saúde, situações de trabalho e renda, condições de moradia e acesso à infraestrutura da população localizada em áreas urbanas e áreas rurais com características urbanas do Distrito Federal. Os dados da PDAD podem ser desagregados para as Regiões Administrativas (RAs) do território do DF, o que possibilita que o IVS-DF também tenha esse nível de desagregação territorial. Outra vantagem da utilização dos dados da PDAD para o cálculo do índice é o fato de que os dados procedem de uma fonte única e são coletados segundo uma mesma metodologia.

Com a referência do índice elaborado pelo IPEA e os dados da PDAD 2018, a equipe de trabalho replicou a metodologia já validada do IVS-IPEA para o Distrito Federal, por meio de um "espalhamento" do índice para todas as RAs. Dos 16 (dezesseis) indicadores propostos pelo IPEA, foi possível calcular 14 (catorze) para o DF a partir dos dados da PDAD. Os primeiros resultados mostraram que os indicadores selecionados pelo IPEA eram insuficientes

A construção do IVS-DF se iniciou em 2020, portanto, antes da extinção da Codeplan e da criação do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF Codeplan), ocorrida em julho de 2022. Considerando que o IPEDF Codeplan absorveu as atividades da Codeplan e para fins de simplificação da redação do texto, nos referiremos a partir desse ponto do relatório ao IPEDF Codeplan como realizador da pesquisa, mesmo quando algumas etapas do trabalho tenham sido realizadas quando a Codeplan ainda estava em atuação.

<sup>9</sup> Os dados das edições de 2018 e de 2021 da PDAD, utilizadas para o cálculo do IVS-DF, podem ser desagregados para as 33 regiões administrativas existentes até a criação de Arapoanga e Água Quente, em 2022. A nova edição da PDAD, a PDAD Ampliada 2023, está em processo de coleta de dados no momento da elaboração deste relatório e visitará domicílios localizados nas 35 RAs do DF e nos 12 municípios que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB).

para refletir os aspectos mais relevantes da vulnerabilidade social no DF, pois o IVS-DF, como uma replicação direta do IVS-IPEA, apresentou baixa variabilidade entre as RAs, o que não permitiu representar a heterogeneidade existente entre elas.

Como os indicadores do IVS-IPEA se apresentaram pouco sensíveis às diferenças territoriais específicas do DF, foram realizadas etapas de aprimoramento do IVS-DF, começando pela seleção de indicadores que fossem capazes de evidenciar tais diferenças territoriais e de potencializar o uso do IVS-DF na revisão do PDOT. Também foram realizadas duas rodadas de escuta, com a participação de especialistas, para a definição da metodologia do índice.

Em um primeiro momento, foram incluídos seis novos indicadores ao IVS-DF e uma nova dimensão foi criada, a habitacional. Essa quarta dimensão foi inspirada no déficit habitacional desenvolvido pela Fundação João Pinheiro (FJP). 10 Após as incorporações, a cada novo ajuste, os resultados eram analisados, por meio de gráficos e tabelas, desagregados por indicador e por dimensão. Em junho de 2020, foi realizada uma oficina com técnicos da Seduh e do IPEDF Codeplan com o objetivo de compartilhar o processo de construção do IVS-DF realizado até o momento, discutir os resultados encontrados e identificar novas contribuições para a metodologia do índice.

A oficina aconteceu virtualmente e contou com a participação de 54 pessoas, entre técnicos do IPEDF Codeplan e da Seduh. Antes da oficina, os participantes receberam uma versão preliminar da metodologia do IVS-DF e, durante o encontro, puderam conhecer detalhes do histórico, dos indicadores e das dimensões do índice. Após a oficina, foi enviado a todos os participantes um formulário desenvolvido no *Google Forms* com questionamentos a respeito do IVS-DF. Foram obtidas seis respostas, sendo quatro da Seduh e duas do IPEDF Codeplan. As sugestões recebidas foram analisadas e, sempre que possível, incorporadas à metodologia do IVS-DF.

Posteriormente, especialistas nos temas abordados pelo IVS-DF foram convidados a contribuir com o índice, por meio de um formulário ou de uma conversa com a equipe responsável por sua construção. Foram recebidas seis respostas de especialistas de várias áreas e realizadas cinco conversas virtuais. As sugestões foram igualmente incorporadas ao IVS-DF, sempre que o grupo de trabalho concluiu que eram coerentes com a proposta do índice e, sobretudo, quando havia dados disponíveis para o cálculo das medidas propostas.

Após essas fases de lapidação e aprimoramento, a metodologia da primeira edição do IVS-DF foi definida e os resultados foram calculados para o ano de 2018, ano da última PDAD disponível à época. Nessa edição, o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal foi resultado da seleção de 24 (vinte e quatro) indicadores organizados em quatro dimensões, a saber: i) Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana; ii) Dimensão Capital Humano; iii) Dimensão Renda e Trabalho; e iv) Dimensão Habitacional.

#### 3.2. Evolução da metodologia de cálculo do IVS-DF

Com a divulgação dos dados da PDAD 2021, em 2022, a equipe técnica da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DIPOS) do IPEDF Codeplan procedeu à atualização do IVS-DF. Por conta de mudanças em algumas variáveis entre as edições de 2018 e 2021 da PDAD, foram necessários pequenos ajustes em alguns indicadores componentes do índice. <sup>11</sup> Mas foi

-

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Resultados, metodologia e outras publicações relacionadas ao déficit habitacional no Brasil, calculado pela FJP, estão disponíveis em: https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/.

Para o detalhamento do cálculo do IVS-DF, de seus indicadores componentes e das variáveis utilizadas, ver Nota Metodológica "Construção do IVS-DF com base na PDAD".

a retirada da dimensão habitacional do cálculo do índice que levou, de fato, a uma evolução da metodologia do IVS-DF.

A decisão pela retirada da dimensão habitacional do IVS-DF se deu por conta de mudanças conceituais e metodológicas no cálculo do déficit habitacional do Distrito Federal. De acordo com a Diretoria de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais (DEPAT) do IPEDF Codeplan, diretoria finalística responsável pelo cálculo do déficit habitacional do DF, duas das principais mudanças no déficit dizem respeito a ajustes em variáveis na base original da PDAD 2021 (IPEDF, 2023). Para o cálculo do subcomponente do déficit habitacional "Domicílios Improvisados", <sup>12</sup> foi realizada uma caracterização detalhada dos domicílios da amostra da PDAD 2021, apoiada por análises geoespaciais e visuais por meio do *Google Street View*, o que resultou na reclassificação da natureza (se domicílio permanente ou improvisado) de alguns domicílios, criando uma variável modificada na base: a variável B01 (espécie do domicílio) se transformou em B01\_déficit. Para a caracterização dos domicílios rústicos, também foi realizada verificação detalhada dos domicílios da amostra da PDAD 2021, apoiada por análises geoespaciais e visuais por meio do *Google Street View*, o que resultou no ajuste da variável B07 (Material predominante nas paredes externas).

Considerando tais ajustes conceituais e metodológicos, que não seriam diretamente replicáveis aos dados de 2018, optou-se por retirar a dimensão habitacional da fórmula de cálculo do IVS-DF. A dimensão habitacional, como mencionado na seção anterior, foi construída com base na metodologia do déficit habitacional e quatro de seus cinco indicadores componentes fazem parte do déficit habitacional. A decisão de se retirar essa dimensão do IVS-DF se baseou i) na necessidade de manutenção de uma mesma metodologia do índice ao longo dos anos, para que fosse possível a comparação dos resultados e a construção de uma série histórica; e ii) no fato de que o déficit habitacional do Distrito Federal seria calculado e analisado pela área responsável pela temática no IPEDF Codeplan.

Essa decisão levou a uma evolução metodológica do IVS-DF, que ficou definido, portanto, como um índice composto por 19 (dezenove) indicadores organizados em três dimensões: i) Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana; ii) Dimensão Capital Humano; iii) Dimensão Renda e Trabalho. Com o objetivo de não se perder a avaliação temporal do índice, o IVS-DF foi recalculado para 2018, a partir dos dados da PDAD 2018, e calculado, pela primeira vez, para o ano 2021, a partir dos dados da PDAD 2021, segundo essa metodologia.

Na próxima seção, serão apresentados os indicadores que compõem cada uma das três dimensões do IVS-DF e os pesos atribuídos aos indicadores e às dimensões para o cálculo do índice.

#### 3.3. A composição do IVS-DF

A vulnerabilidade social expressa no IVS-DF decorre da combinação de 19 indicadores organizados em três dimensões, que, como discutido na seção sobre o conceito de vulnerabilidade social, correspondem a conjuntos de ativos ou recursos cujo acesso, posse ou privação são determinantes da qualidade de vida e do bem-estar da população. As três dimensões do IVS-DF são: i) Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1); ii) Dimensão Capital Humano (D2); e iii) Dimensão Renda e Trabalho (D3).

O déficit habitacional é composto por três indicadores: i) habitação precária (resultado dos subcomponentes "domicílios improvisados" e "domicílios rústicos"); ii) coabitação (resultado dos subcomponentes "cômodos" e "unidades conviventes"; e iii) ônus excessivo com aluguel. Para mais detalhes sobre a metodologia e os resultados do déficit habitacional do Distrito Federal, ver Relatório "Déficit Habitacional no Distrito Federal". Disponível em: <a href="https://www.ipe.df.gov.br/deficit-e-demanda-habitacional-do-distrito-federal-2021/">https://www.ipe.df.gov.br/deficit-e-demanda-habitacional-do-distrito-federal-2021/</a>.

D1 - Dimensão
Infraestrutura e
Ambiência Urbana
5 indicadores

D2 - Dimensão
Capital Humano
8 indicadores

O indicadores

Fonte: DIPOS/IPEDF Codeplan

Figura 1 - Dimensões do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal

O IVS-DF resulta da média aritmética dessas três dimensões, conforme a fórmula:

$$IVS - DF = \frac{D1 + D2 + D3}{3}$$

Cada uma das dimensões recebe, portanto, o mesmo peso no cálculo do índice (1/3). O resultado de uma dimensão, por sua vez, é obtido por meio da média dos seus indicadores componentes. Os indicadores de uma mesma dimensão recebem o mesmo peso. No entanto, os indicadores de dimensões diferentes têm pesos diferentes no cálculo do IVS-DF final, já que as dimensões não são compostas pelo mesmo número de indicadores, conforme Figura 1. O Quadro 1 apresenta os indicadores componentes do IVS-DF e seus respectivos pesos, por dimensão.<sup>13</sup>

Relatório | DIPOS - IPEDF Codeplan | Março 2024 |

Para a descrição detalhada de cada indicador componente do IVS-DF e a identificação das variáveis da PDAD utilizadas no cálculo, ver Nota Metodológica "Construção do IVS-DF com base na PDAD".

Quadro 1 - Indicadores componentes do IVS-DF e seus respectivos pesos, por dimensão

Dimensão	Indicador	Peso					
	D1.1 - Acesso a saneamento básico: Percentual de pessoas que vivem em domicílios cujo						
	abastecimento de água não provém de rede geral ou cujo esgotamento sanitário não é	0,200					
	realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica ou sem coleta de lixo						
	D1.2 - Tempo de deslocamento entre a moradia e o trabalho: Percentual de pessoas que						
	gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho no total de pessoas de 14	0,200					
D1 - Infraestrutura e	anos ou mais, ocupadas e que se deslocam diariamente para o trabalho						
Ambiência Urbana	D1.3 - Condição viária: Percentual de pessoas que vivem em domicílios cuja rua não é	0,200					
	asfaltada ou pavimentada, não tem iluminação e está sujeita a alagamentos	0,200					
	D1.4 - Condição da calçada: Percentual de pessoas que vivem em domicílios cuja rua não	0,200					
	tem calçada ou a calçada não tem meio-fio ou a calçada é ruim ou péssima <sup>14</sup>						
	<b>D1.5 - Ambiência urbana:</b> Percentual de pessoas que vivem em domicílios cuja rua não é	0,200					
	arborizada e cujo entorno não possui parques e jardins						
	<b>D2.1 - Crianças de até 3 anos fora da escola</b> : Percentual de crianças de 0 a 3 anos que não	0,125					
	frequentam creche ou escola  D2.2 - Pessoas de 4 a 14 anos fora da escola: Percentual de pessoas de 4 a 14 anos que						
	não frequentam escola	0,125					
	D2.3 - Mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos: Percentual de mulheres de 10 a 17						
	anos que tiveram filhos <sup>15</sup>	0,125					
	D2.4 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais: Percentual de pessoas de	0,125					
D0 0 10 1	15 anos ou mais de idade que não sabem ler nem escrever						
D2 - Capital	D2.5 - Pessoas de até 14 anos vivendo em domicílio em que nenhum morador tem						
Humano	fundamental completo: Percentual de pessoas de até 14 anos vivendo em domicílio em que	0,125					
	nenhum morador tem ensino fundamental completo						
	D2.6 - Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham: Percentual de pessoas	0,125					
	de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham	0,123					
	D2.7 - Pessoas de 15 a 18 anos que não concluíram o ensino fundamental: Percentual de	0,125					
	pessoas de 15 a 18 anos que não concluíram o ensino fundamental	0,:20					
	D2.8 - Pessoas de 19 a 24 anos que não concluíram o ensino médio: Percentual de	0,125					
	pessoas de 19 a 24 anos que não concluíram o ensino médio						
	<b>D3.1 - Pessoas com renda domiciliar per capita de até ½ SM:</b> Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo (SM)	0,167					
	D3.2 - Desocupação da população de 18 anos ou mais: Percentual de pessoas de 18 anos						
	ou mais que não estava trabalhando e procurou trabalho nos 30 dias anteriores à pesquisa	0,167					
	D3.3 - Informalidade da população de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita						
	de até ½ SM: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais em uma ocupação informal e	0,167					
	vivendo em domicílio com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo	', '					
D2 Danda a	D3.4 - Pessoas autônomas de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até ½						
D3 - Renda e Trabalho	SM: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais em uma ocupação autônoma e vivendo em	0,167					
TTaballio	domicílio com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo						
	D3.5 - Pessoas de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até ½ SM fora da						
	força de trabalho: Percentual de pessoas de 18 anos ou mais que não procuraram emprego	0,167					
	nos 12 meses anteriores à pesquisa, não trabalharam nos 30 dias anteriores à pesquisa e	0,107					
	vivem em domicílios com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo						
	D3.6 - Razão entre a renda dos domicílios de homens e mulheres: Razão entre a renda	0.40-					
	média dos domicílios chefiados por homens e a renda média dos domicílios chefiados por	0,167					
Fonte: DIPOS/IPEDF	mulheres	<u> </u>					

Fonte: DIPOS/IPEDF Codeplan

A pergunta sobre a qualidade da calçada ganhou mais uma categoria de resposta na PDAD 2021 em comparação à PDAD 2018. Em 2018, as categorias eram: ótima; boa; regular; e ruim. Em 2021, a categoria "péssima" foi adicionada às possibilidades de resposta. Assim, no IVS-DF 2021, o indicador D1.4 inclui as pessoas cuja calçada foi considera "ruim" ou "péssima". Em 2018, apenas as pessoas que tinham calçada "ruim" entraram no cômputo do indicador.

No IVS-DF 2018, esse indicador abrange apenas as mulheres de 14 a 17 anos, pois na PDAD 2018, as perguntas sobre fecundidade foram feitas para as mulheres de 14 anos ou mais. Por ser residual o número de mulheres de 10 a 14 anos que tem filhos/as, entende-se que tal mudança na variável não gera impactos significativos no indicador do IVS-DF.

Além da definição dos pesos que cada indicador recebe na sua dimensão – e, consequentemente, no índice como um todo, uma etapa importante do cálculo do IVS-DF é a normalização dos indicadores. Uma vez calculados, a partir dos dados da PDAD, os indicadores são normalizados, isto é, são colocados em uma mesma métrica. Os 19 indicadores do IVS-DF foram redimensionados entre o valor máximo e o valor mínimo observados para cada um deles, de forma que seus valores variassem entre 0 e 1.

Uma vez normalizados, aplicam-se aos indicadores os pesos apresentados no Quadro 1. Os pesos foram definidos de forma que os indicadores de uma mesma dimensão fossem tratados como equivalentes (a soma dos pesos dos indicadores de uma dimensão é igual a 1) e não houvesse preponderância de um fator associado à vulnerabilidade social sobre os outros daguela dimensão.

O IVS-DF resulta, então, em um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo a 1, maior é a vulnerabilidade social do território analisado e, portanto, piores são as condições de vida da sua população. Valores próximos a 0, por sua vez, indicam baixa ou inexistente vulnerabilidade social no território. Como o IVS-DF foi inspirado no IVS elaborado pelo IPEA, optou-se por seguir os padrões de vulnerabilidade social utilizados para a leitura e interpretação do IVS-IPEA. Assim, o IVS-DF pode ser lido por meio de cinco faixas de vulnerabilidade social: i) muito baixa vulnerabilidade; ii) baixa vulnerabilidade; iii) média vulnerabilidade; iv) alta vulnerabilidade; e v) muito alta vulnerabilidade.

Figura 2 - Faixas de vulnerabilidade social do IVS-DF

Fonte: COSTA; MARGUTI, 2015. Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan

As cinco faixas de vulnerabilidade social da régua apresentada na Figura 2 são aplicadas aos resultados do índice de forma a permitir a identificação de diferentes perfis de vulnerabilidade social no território. A próxima seção apresentará os resultados do IVS-DF para todo o Distrito Federal e suas Regiões Administrativas em 2018 e 2021.

# 4. O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL: EVOLUÇÃO ENTRE 2018 E 2021

Em 2018, o Distrito Federal apresentou Índice de Vulnerabilidade Social (IVS-DF) igual a 0,32, o que situava o território na faixa de média vulnerabilidade. Três anos depois, em 2021, o resultado da vulnerabilidade social no DF foi praticamente o mesmo, com um IVS-DF de 0,33 e permanência na faixa de média vulnerabilidade social. Ainda que o resultado do índice para o DF como um todo não tenha se alterado substancialmente, os resultados e as colocações relativas das Regiões Administrativas no *ranking* do IVS-DF sofreram modificações entre esses anos.

A Tabela 1 apresenta o resultado do IVS-DF, em 2018 e 2021, para as 33 Regiões Administrativas do DF existentes até a realização da PDAD 2021, além da identificação da faixa do índice em que a RA se encontrava e o sinal da variação do valor do IVS-DF entre 2018 e 2021.

Além do Distrito Federal como um todo, 15 RAs apresentaram aumento do índice de vulnerabilidade social, 14 tiveram redução e 4 permaneceram com o mesmo índice de 2018 em 2021, considerando duas casas decimais. Nem sempre a variação do índice foi suficiente para acarretar mudança na faixa de vulnerabilidade, como aconteceu com o DF, que permaneceu na faixa de média vulnerabilidade social. A mudança de faixa ocorreu em 9 das 29 RAs que tiveram variação no valor do IVS-DF entre 2018 e 2021: 5 mudaram para faixas de maior vulnerabilidade de 4 para faixas de menor vulnerabilidade. Social Somente no caso do Varjão a mudança não foi para a faixa imediatamente superior ou inferior, pois essa RA mudou de vulnerabilidade muito alta (com um índice de 0,55), em 2018, para vulnerabilidade média (índice de 0,37), em 2021.

É interessante observar (Apêndice B - Tabela 2) que a faixa de média vulnerabilidade social era mais estreita em 2018, com 4 RAs. Em 2021, como diversas das variações no índice levaram a mudanças de faixa, passaram a compor a faixa de média vulnerabilidade 7 RAs. Essa movimentação ocorreu da seguinte forma: Riacho Fundo, Arniqueira e Sobradinho II tiveram aumento de vulnerabilidade, passando da faixa de baixa vulnerabilidade para a média, enquanto Santa Maria e Varjão tiveram redução de vulnerabilidade, mudando das faixas de alta e muito alta vulnerabilidade, respectivamente, para a média, passando a compor a faixa juntamente com Ceilândia e Samambaia, que já se classificavam com média vulnerabilidade em 2018.

-

<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> São elas: Paranoá, São Sebastião, Sobradinho II, Arniqueira e Riacho Fundo.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> São elas: Itapoã, Varjão, Santa Maria e Riacho Fundo II (com índice de 0,297 em 2021, pertencente à faixa de vulnerabilidade baixa).

Tabela 1 - Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal por RA, 2018 e 2021

Território/Região Administrativa	IVS-	DF Ger	al
- ornerograp / talliniosiaalva	2018	2021	Δ
DISTRITO FEDERAL	0,32	0,33	<b>↑</b>
I. Plano Piloto	0,09	0,11	<b>↑</b>
II. Gama	0,29	0,27	<b>↓</b>
III. Taguatinga	0,29	0,21	$\downarrow$
IV. Brazlândia	0,40	0,41	<b>↑</b>
V. Sobradinho	0,26	0,23	$\downarrow$
VI. Planaltina	0,48	0,48	=
VII. Paranoá	0,45	0,53	<b>↑</b>
VIII. Núcleo Bandeirante	0,29	0,21	<b>↓</b>
IX. Ceilândia	0,37	0,39	<b>↑</b>
X. Guará	0,19	0,14	$\downarrow$
XI. Cruzeiro	0,08	0,12	<b>↑</b>
XII. Samambaia	0,38	0,38	=
XIII. Santa Maria	0,42	0,37	<b>↓</b>
XIV. São Sebastião	0,44	0,54	<b>↑</b>
XV. Recanto das Emas	0,40	0,48	<b>↑</b>
XVI. Lago Sul	0,09	0,07	$\downarrow$
VXII. Riacho Fundo	0,26	0,31	<b>↑</b>
VXIII. Lago Norte	0,19	0,15	$\downarrow$
VIX. Candangolândia	0,26	0,26	=
XX. Águas Claras	0,08	0,12	1
XXI. Riacho Fundo II	0,33	0,30	<b>↓</b>
XXII. Sudoeste/Octogonal	0,08	0,09	1
XXIII. Varjão	0,55	0,37	<b>↓</b>
XXIV. Park Way	0,14	0,15	<b>↑</b>
XXV. SCIA/Estrutural	0,79	0,75	$\downarrow$
XXVI. Sobradinho II	0,29	0,35	1
XXVII. Jardim Botânico	0,17	0,17	=
XXVIII. Itapoã	0,58	0,49	$\downarrow$
XXIX. SIA	0,12	0,14	1
XXX. Vicente Pires	0,28	0,27	$\downarrow$
XXXI. Fercal	0,61	0,60	$\downarrow$
XXXII. Sol Nascente/Pôr do Sol	0,66	0,71	1
XXXIII. Arniqueira	0,29	0,35	<b>↑</b>

	Legenda das faixas do IVS-DF:											
cor	faixa de vulnerabilidade	intervalos										
	muito baixa	< 0,2										
	baixa	>= 0,2 e < 0,3										
	média	>= 0,3 e < 0,4										
	alta	>= 0,4 e < 0,5										
	muito alta	>= 0,5 a 1										

Legenda da variação:
aumento do índice
redução do índice
manutenção do índice

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 e 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

A Tabela 2 apresenta o *ranking* das Regiões Administrativas no IVS-DF, segundo a ordem crescente dos valores de 2021 (um menor valor representa uma menor vulnerabilidade), com as respectivas colocações das RAs em 2018 e 2021, a variação da colocação de cada RA e a variação absoluta do valor do índice entre os dois anos.

A amplitude dos valores encontrados para o IVS-DF reflete as desigualdades entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal. Em 2018, o índice variou de 0,08 (Cruzeiro) a 0,79 (SCIA/Estrutural). Em 2021, a amplitude dos resultados diminuiu um pouco em relação a 2018, mas ainda indicando grande disparidade entre as RAs: nesse ano, o IVS-DF variou de 0,07 (Lago Sul) – o que representa 20% do valor encontrado para o DF nesse mesmo ano – a 0,75 (SCIA/Estrutural), valor que corresponde a 2,2 vezes o índice de vulnerabilidade social do Distrito Federal.

Nota-se que as três Regiões Administrativas mais vulneráveis do DF (com os três maiores índices de vulnerabilidade) não se alteraram entre 2018 e 2021, seguiram sendo SCIA/Estrutural, Sol Nascente/Pôr do Sol e Fercal. Apesar de não ter levado à mudança de faixa ou de colocação, o índice dessas RAs apresentou variação no período: no caso do Sol Nascente/Pôr do Sol, houve aumento de vulnerabilidade (+0,051), já em SCIA/Estrutural e Fercal, houve redução do índice de 0,043 e 0,006, respectivamente.

Em termos de magnitude do aumento do índice, São Sebastião se destaca, com um aumento de 0,101 (o que representa uma variação de 23%), que levou a RA a cair 4 colocações no *ranking* do IVS-DF entre 2018 e 2021 e a fez passar da faixa de alta vulnerabilidade para a de muito alta vulnerabilidade. O segundo maior aumento do índice de vulnerabilidade foi registrado no Recanto das Emas (+0,079 ou uma variação de 20%), que caiu 3 colocações no *ranking* entre 2018 e 2021. Paranoá, por sua vez, teve um aumento de 0,075 (variação de 17%) no IVS-DF e caiu 2 colocações, passando da faixa de alta vulnerabilidade para a de muito alta vulnerabilidade. Outras movimentações relevantes no sentido de queda no *ranking* do IVS-DF foram: Riacho Fundo caiu 7 colocações; Arniqueira caiu 5; e Sobradinho, 3, e mudaram para a faixa de média vulnerabilidade social em 2021 (em 2018 estavam na de baixa vulnerabilidade).

Cruzeiro caiu 4 colocações no *ranking*, mas, com baixa variação absoluta do índice, se manteve na faixa de muito baixa vulnerabilidade. As RAs de muito baixa vulnerabilidade, inclusive, foram as mesmas em 2018 e 2021. Além do Cruzeiro, estavam nessa faixa de vulnerabilidade: Lago Sul; Sudoeste/Octogonal; Plano Piloto; Águas Claras; Guará; SIA; Largo Norte; Park Way; e Jardim Botânico. Em termos de movimentações dentro da faixa, Águas Claras, SIA, Park Way e Jardim Botânico caíram no *ranking*, porém somente 1 posição; Guará subiu 3 posições, Plano Piloto e Lago Norte subiram 2 posições e o Lago Sul, 3, assumindo a posição de RA menos vulnerável no Distrito Federal.

Como mostra a Tabela 2, foram diversos os avanços e quedas no *ranking* do IVS-DF, entre 2018 e 2021. Pode-se resumir as movimentações ocorridas da seguinte forma: houve uma expansão da faixa de média vulnerabilidade; manutenção da quantidade de RAs na faixa de muito alta vulnerabilidade; manutenção da quantidade e de quais RAs compõem a faixa de muito baixa vulnerabilidade; e redução da quantidade de RAs nas faixas de alta e baixa vulnerabilidade.

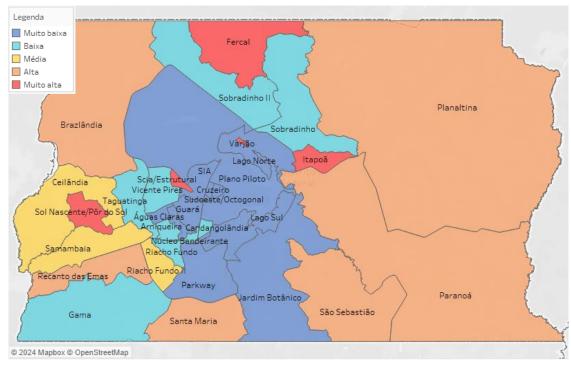
Tabela 2 - Ranking do IVS-DF, 2018 e 2021

Colocação	Colocação	Δ	Território/Região Administrativa	2018	2021	$\Delta$ indice
em 2021	em 2018	posições	DISTRITO FEDERAL	0,32	0,33	0,012
1°	4°	<b>↑3</b>	Lago Sul	0,09	0,07	-0,018
2°	2°	=	Sudoeste/Octogonal	0,08	0,09	0,008
3°	5°	<b>↑2</b>	Plano Piloto	0,09	0,11	0,014
4°	3°	<b>↓1</b>	Águas Claras	0,08	0,12	0,042
5°	1°	<b>↓4</b>	Cruzeiro	0,08	0,12	0,047
6°	9°	<b>↑3</b>	Guará	0,19	0,14	-0,048
7°	6°	<b>↓1</b>	SIA	0,12	0,14	0,025
8°	10°	<b>↑2</b>	Lago Norte	0,19	0,15	-0,036
9°	7°	<b>↓1</b>	Park Way	0,14	0,15	0,015
10°	8°	<b>↓1</b>	Jardim Botânico	0,17	0,17	0,001
11°	17°	<b>↑6</b>	Taguatinga	0,29	0,21	-0,079
12°	16°	<b>↑4</b>	Núcleo Bandeirante	0,29	0,21	-0,075
13°	13°	=	Sobradinho	0,26	0,23	-0,030
14°	12°	<b>↓2</b>	Candangolândia	0,26	0,26	0,003
15°	19°	<b>↑4</b>	Gama	0,29	0,27	-0,023
16°	14°	<b>↓2</b>	Vicente Pires	0,28	0,27	-0,005
17°	20°	<b>↑4</b>	Riacho Fundo II	0,33	0,30	-0,033
18°	11°	<b>↓7</b>	Riacho Fundo	0,26	0,31	0,054
19°	15°	<b>↓5</b>	Arniqueira	0,29	0,35	0,064
20°	18°	<b>↓3</b>	Sobradinho II	0,29	0,35	0,057
21°	25°	<b>↑4</b>	Santa Maria	0,42	0,37	-0,051
22°	29°	<b>↑7</b>	Varjão	0,55	0,37	-0,181
23°	22°	<b>↓1</b>	Samambaia	0,38	0,38	-0,003
24°	21°	<b>↓3</b>	Ceilândia	0,37	0,39	0,023
25°	24°	<b>↓1</b>	Brazlândia	0,40	0,41	0,007
26°	23°	<b>↓3</b>	Recanto das Emas	0,40	0,48	0,079
27°	28°	<b>↑1</b>	Planaltina	0,48	0,48	0,000
28°	30°	<b>↑2</b>	Itapoã	0,58	0,49	-0,096
29°	27°	<b>↓2</b>	Paranoá	0,45	0,53	0,075
30°	26°	<b>↓4</b>	São Sebastião	0,44	0,54	0,101
31°	31°	=	Fercal	0,61	0,60	-0,006
32°	32°	=	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,66	0,71	0,051
33°	33°	=	SCIA/Estrutural	0,79	0,75	-0,043

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 e 2021

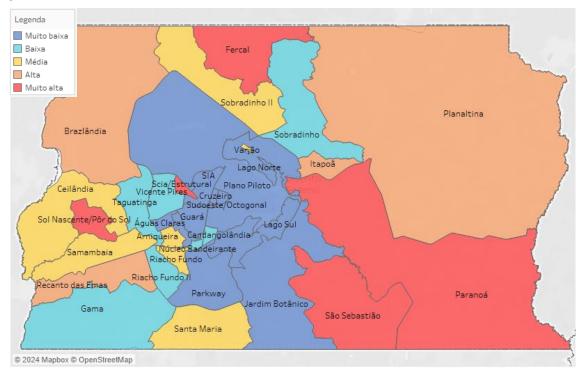
Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

Os Mapas 1 e 2 permitem visualizar espacialmente as mudanças no tamanho e na composição das faixas do IVS-DF entre 2018 e 2021. A espacialização do índice é uma importante ferramenta para a comunicação dos resultados encontrados, pois permite uma leitura bastante imediata das desigualdades, dos problemas e fragilidades nos territórios do Distrito Federal.



Mapa 1 - Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal 2018

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.



Mapa 2 - Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal 2021

#### 4.1. Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1)

A dimensão infraestrutura e ambiência urbana do IVS-DF busca mensurar a vulnerabilidade relacionada às condições dos domicílios em que as pessoas vivem e seus entornos, as quais impactam significativamente a qualidade de vida da população. Essa dimensão é composta por cinco indicadores:

- D1.1 Acesso a saneamento básico;
- D1.2 Tempo de deslocamento entre a moradia e o trabalho;
- D1.3 Condição viária;
- D1.4 Condição da calçada; e
- D1.5 Ambiência urbana.

Entre 2018 e 2021, a condição de vulnerabilidade social do Distrito Federal em infraestrutura e ambiência urbana passou de 0,22 para 0,20 — uma redução de aproximadamente 9%. A melhora nessa dimensão decorreu do avanço no indicador<sup>18</sup> condição viária (D1.3): o percentual da população no DF vivendo em domicílios cuja rua não é asfaltada ou pavimentada, não tem iluminação e está sujeita a alagamentos passou de 30,75%, em 2018, para 23,5%, em 2021.

O Gráfico 1 apresenta o resultado dessa dimensão, em 2018 e 2021, para as 33 Regiões Administrativas e o Distrito Federal. Optou-se por ordenar o resultado do Distrito Federal junto com os resultados das RAs para que fosse possível visualizar quantas e quais estão acima e abaixo da média do Distrito Federal. Observa-se que, em 2021, 20 RAs tiveram resultado inferior à média do Distrito Federal, ou seja, a maior parte das RAs apresentou vulnerabilidade em infraestrutura e ambiência urbana menor do que a média do DF. Os valores alcançados pelas RAs nessa dimensão variaram, em 2021, de 0,02 a 0,69, o que mostra que há, no DF, regiões com nenhuma ou quase nenhuma vulnerabilidade em infraestrutura e ambiência urbana e outras com alta vulnerabilidade nesses aspectos.

Observa-se que, nos dois anos, SCIA/Estrutural foi a RA com a pior colocação no ranking da dimensão de infraestrutura e ambiência urbana (0,69 em 2018 e 0,62 em 2021), apesar de ter tido redução de vulnerabilidade nessa dimensão no período considerado. O indicador que mais contribuiu para a alta vulnerabilidade de SCIA/Estrutural em infraestrutura e ambiência urbana, tanto em 2021 como em 2018, foi o de ambiência urbana (D1.5): mais de 66% da população residente nessa RA informou viver em domicílios cuja rua não é arborizada e cujo entorno não possui parques e jardins, nos dois anos em questão. A título de comparação, a média desse indicador no Distrito Federal, em 2018 e 2021, foi em torno de 28%.

As Regiões Administrativas que apresentaram piora nessa dimensão do IVS-DF, entre 2018 e 2021, foram: Fercal; São Sebastião; Brazlândia; Sobradinho II, Paranoá; SIA; Varjão, Guará e Sudoeste/Octogonal. Entre essas RAs cuja vulnerabilidade em infraestrutura e ambiência urbana aumentou no período, destaca-se a situação de São Sebastião, que registrou um aumento de 182% no resultado da dimensão, passando de um valor de 0,20, em 2018, para 0,55, em 2021. Esse aumento fez com que São Sebastião caísse 15 posições no ranking da dimensão. Todos os indicadores apresentaram piora em São Sebastião, com destaque para o aumento de 29 pontos percentuais no indicador de acesso a saneamento

-

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> No Apêndice D - Tabela 4, são apresentados os resultados dos cinco indicadores componentes da dimensão infraestrutura e ambiência urbana, em 2018 e 2021, por Região Administrativa.

No Apêndice C - Tabela 3 é apresentado o ranking das Regiões Administrativas na dimensão infraestrutura e ambiência urbana, segundo a ordem crescente dos valores de 2021, com as respectivas colocações das RAs em 2018 e 2021, a variação da colocação de cada RA e a variação absoluta do valor da dimensão entre os dois anos.

básico (D1.1), que passou de 0,5% para 29,4%. É importante investigar quais causas poderiam estar por trás desse aumento, se, de fato, são mudanças nas condições de infraestrutura e moradia da população dessa RA, ou se são mudanças de percepção da população quanto às suas condições de vida ou mudanças na forma como as perguntas da PDAD (fonte de dados do IVS-DF) foram realizadas, que podem ter variado de um ano para o outro da pesquisa e gerado algum tipo de viés de resposta.

Em 2021, a Região Administrativa que obteve o melhor resultado nessa dimensão, ou seja, a que era menos vulnerável em termos de infraestrutura e ambiência urbana foi o Lago Sul. Em todos os indicadores, essa RA apresentou resultados melhores do que a média do Distrito Federal. Além disso, obteve um importante avanço no indicador de condição viária (D1.3) entre 2018 e 2021, que passou de 22,3% para 3,9%, o que contribuiu para seu avanço de cinco posições no *ranking* da dimensão.

Entre os casos em que houve melhora na dimensão de infraestrutura e ambiência urbana, destaca-se Taguatinga, que registrou uma redução de 62,5% no valor dessa dimensão entre 2018 e 2021, subindo 17 colocações no *ranking* das Regiões Administrativas. Dos cinco indicadores da dimensão, três tiveram reduções importantes no período considerado (os outros já tinham valores muito baixos em 2018 e variaram muito pouco entre 2018 e 2021): i) o percentual de pessoas que gastam mais de uma hora em deslocamento até o local de trabalho passou de 11,3% para 4%; ii) o percentual de pessoas que vivem em domicílios cuja rua não tem calçada ou a calçada não tem meio-fio ou a calçada é ruim ou péssima diminuiu quase 14 pontos percentuais, passando de 27% para 13,1%; e iii) o percentual de pessoas que vivem em domicílios cuja rua não é arborizada e cujo entorno não possui parques e jardins reduziu de 37,3% para 20,75%.

É importante destacar que os indicadores dessa e das demais dimensões do IVS-DF foram calculados a partir dos dados da PDAD, que é uma pesquisa amostral baseada na percepção da população a respeito dos temas investigados. Como a pesquisa capta a percepção dos entrevistados, nos indicadores dessa dimensão, especificamente, podem ocorrer divergências entre a percepção que a pessoa tem do seu domicílio, da sua rua e do seu entorno e a caracterização objetiva desses espaços e dos serviços existentes.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que a PDAD 2021 foi coletada durante os meses de maio a dezembro de 2021,<sup>20</sup> período em que ainda se viviam as restrições e impactos da pandemia de Covid-19. Por esse motivo, algumas alterações ocorridas entre 2018 e 2021 devem ser interpretadas levando-se em consideração o contexto da pandemia, como, por exemplo, a redução na proporção de pessoas que gastavam mais de uma hora no deslocamento entre casa e trabalho em Taguatinga, mencionada previamente. Essa redução pode ter sido influenciada pelas medidas de isolamento social adotadas no período, que fizeram com que muitas pessoas passassem a trabalhar de casa e não tivessem que se deslocar para o local de trabalho, além da perda de empregos e redução de jornadas, que podem ter feito com que as pessoas tivessem que sair menos de casa em comparação ao período em que tinham todos os seus trabalhos.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>20</sup> Para mais informações sobre a metodologia, as fases de realização da pesquisa e os resultados da PDAD 2021, acessar: https://pdad2021.ipe.df.gov.br/.

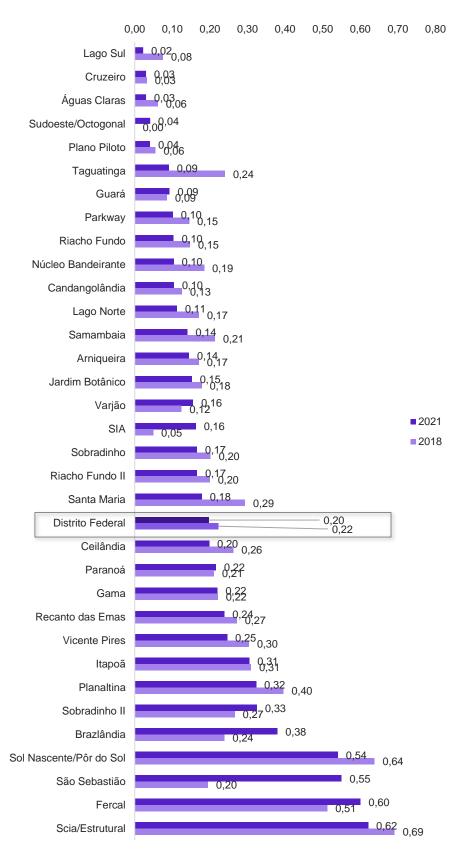
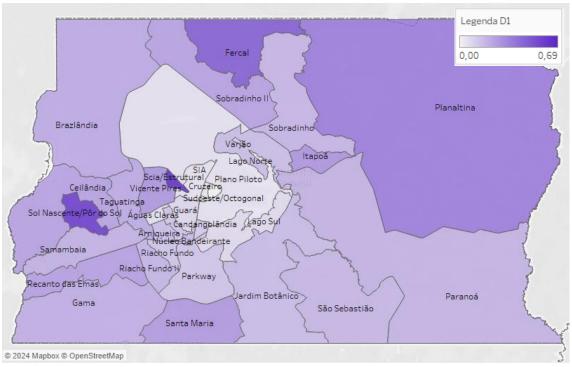


Gráfico 1 - Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1) por RA, 2018 e 2021

Os Mapas 3 e 4 apresentam os resultados da dimensão infraestrutura e ambiência urbana do IVS-DF em 2018 e 2021, respectivamente. Quanto mais intensa a cor no mapa, maior o valor da dimensão e, portanto, maior a vulnerabilidade do território em questão em termos de infraestrutura e ambiência urbana. A análise dos mapas permite observar as desigualdades existentes no território em cada ano e a evolução dessa dimensão entre 2018 e 2021. Nota-se que o quadro geral da dimensão infraestrutura e ambiência urbana não sofreu grandes alterações no período, com a região mais central do DF (Plano Piloto e RAs do seu entorno) apresentando menor vulnerabilidade (cores mais claras), e as RAs mais distantes da parte central com maior vulnerabilidade (cores mais escuras). Destaca-se o aumento de vulnerabilidade em Brazlândia, Fercal e São Sebastião.



Mapa 3 - Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1) do IVS-DF. Distrito Federal, 2018



Mapa 4 - Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1) do IVS-DF. Distrito Federal, 2021

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

#### 4.2. Dimensão Capital Humano (D2)

A dimensão capital humano do IVS-DF é composta por oito indicadores que buscam mensurar, principalmente, as condições de educação da população. O acesso à educação é um dos ativos/recursos fundamentais para as perspectivas de futuro das pessoas. Compõem essa dimensão os seguintes indicadores:

- D2.1 Crianças de até 3 anos fora da escola;
- D2.2 Pessoas de 4 a 14 anos fora da escola;
- D2.3 Mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos;
- D2.4 Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais;
- D2.5 Pessoas de até 14 anos vivendo em domicílio em que nenhum morador tem ensino fundamental completo;
- D2.6 Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham;
- D2.7 Pessoas de 15 a 18 anos que não concluíram o ensino fundamental; e
- D2.8 Pessoas de 19 a 24 anos que não concluíram o ensino médio.

A condição de vulnerabilidade social em capital humano do Distrito Federal não variou entre 2018 e 2021: o valor da dimensão foi de 0,43 em ambos os anos. Essa manutenção no nível de vulnerabilidade em capital humano decorreu de uma combinação de aumento (piora) do valor de alguns indicadores e redução (melhora) de outros. A Tabela 6 do Apêndice apresenta os resultados de todos os indicadores componentes para 2018 e 2021 e revela que o Distrito Federal apresentou piora em cinco dos oito indicadores dessa dimensão, a saber: D2.1 - Crianças de até 3 anos fora da escola; D2.2 - Pessoas de 4 a 14 anos fora da escola; D2.4 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais; D2.5 - Pessoas de até 14 anos vivendo em domicílio em que nenhum morador tem fundamental completo; e D2.7 - Pessoas de 15 a 18 anos que não concluíram o ensino fundamental.

Essa é a dimensão que mais contribui para os níveis de vulnerabilidade social observados no Distrito Federal, com a maior participação no valor do IVS-DF. O Gráfico 2 apresenta os resultados dessa dimensão, em 2018 e 2021, para as 33 Regiões Administrativas, além do DF. Diferentemente do observado na dimensão infraestrutura e ambiência urbana, nessa dimensão, em 2021, a maior parte das RAs (18) apresentou valores acima da média do Distrito Federal, ou seja, a maior parte das RAs possui vulnerabilidade em capital humano superior à média do DF. Além disso, é válido destacar que a amplitude dos valores entre as RAs é maior nessa dimensão em comparação com a de infraestrutura e ambiência urbana. Em 2021, os resultados da dimensão capital humano variaram de 0,14, no Lago Sul, a 0,86, em SCIA/Estrutural.

Assim como na dimensão 1, SCIA/Estrutural obteve a pior colocação na dimensão de capital humano em 2021 (0,86) e em 2018 (0,83). O aumento ocorrido no período decorreu, principalmente, do aumento no percentual de pessoas com até 14 anos vivendo em domicílio em que nenhum morador tem fundamental completo (D2.5), que passou de 5.1% em 2018 para 15,1% em 2021. A título de comparação, a média desse indicador no DF foi de 4,3% em 2021. Importante frisar que as variações nos resultados devem ser interpretadas levando-se em conta o fato de que a fonte de dados do IVS-DF é a PDAD, uma pesquisa baseada nas percepções dos entrevistados. Essa característica da base de dados pode fazer com que alguns resultados, baseados na percepção dos respondentes, divirjam do que, de fato, ocorre, como, por exemplo, o grau de escolaridade dos moradores de um domicílio. Os indicadores que mais contribuem para a alta vulnerabilidade em capital humano de SCIA/Estrutural são: D2.1 - Crianças de até 3 anos fora da escola; D2.7 - Pessoas de 15 a 18 anos que não concluíram o ensino fundamental; e D2.8 - Pessoas de 19 a 24 anos que não concluíram o ensino médio.

Águas Claras apresentou a maior variação relativa no valor dessa dimensão entre 2018 e 2021, um aumento de 138%, que fez com que a RA saísse da primeira posição no ranking de 2018 e fosse para a oitava posição entre as RAs em 2021.<sup>21</sup> Esse aumento de vulnerabilidade em capital humano ocorrido em Águas Claras foi puxado pelo crescimento de 25 pontos percentuais na proporção de crianças de até 3 anos fora da escola (D2.1) e de 22 pontos percentuais na proporção de pessoas de 15 a 18 anos que não concluíram o ensino fundamental (D2.7).<sup>22</sup> Outras Regiões Administrativas que registraram aumentos importantes na vulnerabilidade em capital humano entre 2018 e 2021 foram: Candangolândia (aumento de 29% no resultado da dimensão); Riacho Fundo (aumento de 32%); Vicente Pires (aumento de 46%); e Cruzeiro (aumento de 55%)

Em relação aos territórios com baixa vulnerabilidade em capital humano, o Lago Sul destaca-se novamente. Assim como na dimensão infraestrutura e ambiência urbana, essa RA apresentou o menor valor na dimensão capital humano em 2021. Como pode ser observado na Tabela 6 do Apêndice, em todos os indicadores, o Lago Sul obteve resultados abaixo da média do Distrito Federal. Em quatro dos oito indicadores, inclusive, o resultado em 2021 estava abaixo de 1%, indicando nenhuma ou quase nenhuma vulnerabilidade nesses aspectos. São eles: pessoas de 4 a 14 anos fora da escola (D2.2); mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (D2.3); taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (D2.4); e pessoas de até 14 anos vivendo em domicílio em que nenhum morador tem fundamental completo (D2.5).

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> No Apêndice E - Tabela 5 é apresentado o ranking das Regiões Administrativas na dimensão capital humano, segundo a ordem crescente dos valores de 2021, com as respectivas colocações das RAs em 2018 e 2021, a variação da colocação de cada RA e a variação absoluta do valor da dimensão entre os dois anos.

<sup>&</sup>lt;sup>22</sup> Destaca-se a necessidade de cautela para a interpretação dos dados sobre escolaridade oriundos da PDAD, já que eles são resultado da declaração dos respondentes a respeito dos níveis de ensino por eles cursados/concluídos e não de registros administrativos oficiais do sistema educacional.

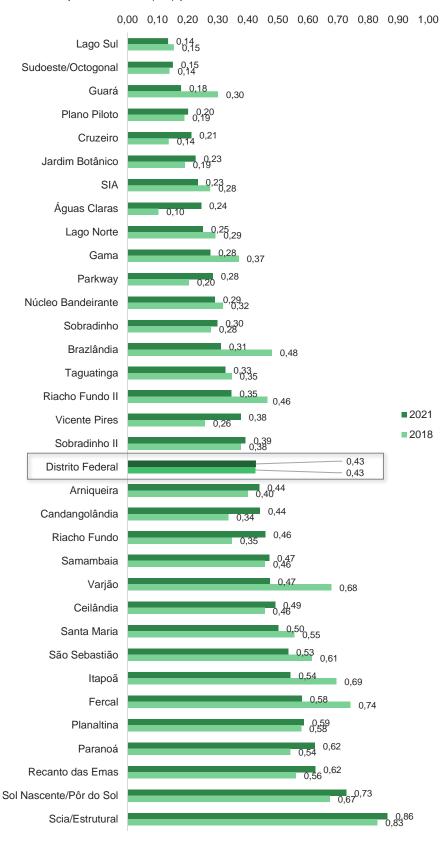
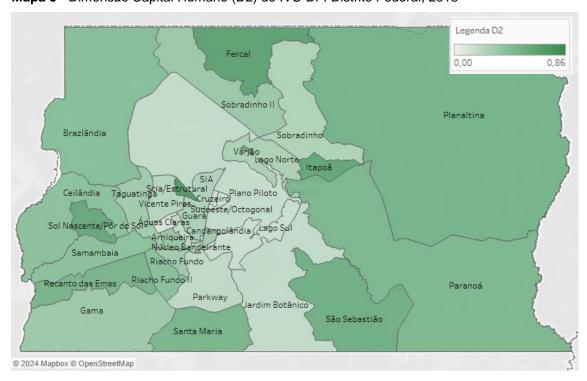


Gráfico 2 - Dimensão Capital Humano (D2) por RA, 2018 e 2021

Entre as RAs cuja vulnerabilidade em capital humano diminuiu entre 2018 e 2021, o Guará se destaca com a maior redução em termos relativos: uma queda de 41% no valor da dimensão, que fez com que essa RA subisse nove posições no *ranking* e se situasse no terceiro lugar em 2021. O avanço do Guará nessa dimensão esteve relacionado a uma melhora em três indicadores: i) a proporção de crianças de até 3 anos fora da escola (D2.1) passou de 72,3% para 62,1%; ii) a proporção de pessoas de 4 a 14 anos fora da escola passou de 6,6% para 2,7%; e iii) a proporção de pessoas de 15 a 25 anos que não trabalham e não estudam passou de 33,4% para 18,1%.

Brazlândia e Varjão também se destacaram quanto à redução da vulnerabilidade em capital humano, com reduções de 35% e 30%, respectivamente, no resultado da dimensão. Os Mapas 5 e 6 permitem a visualização espacial dos resultados da dimensão capital humano do IVS-DF em 2018 e 2021, respectivamente. Nota-se que o padrão da desigualdade no território segue o mesmo observado na dimensão de infraestrutura e ambiência urbana: a parte central do DF apresenta os menores índices de vulnerabilidade em capital humano (cores mais claras) e, à medida que o território de distância do centro, maior é sua vulnerabilidade nessa dimensão (cores mais escuras).



Mapa 5 - Dimensão Capital Humano (D2) do IVS-DF. Distrito Federal, 2018



Mapa 6 - Dimensão Capital Humano (D2) do IVS-DF. Distrito Federal, 2021

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

#### 4.3. Dimensão Renda e Trabalho (D3)

Essa dimensão pretende mensurar aspectos da vulnerabilidade social relacionados à insegurança de renda e precariedade nas condições de trabalho, como fluxo de renda das pessoas, acesso ao mercado de trabalho e a qualidade dessa inserção. Os indicadores que compõem a dimensão renda e trabalho do IVS-DF são:

- D3.1 Pessoas com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo;
- D3.2 Desocupação da população de 18 anos ou mais;
- D3.3 Informalidade da população de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo;
- D3.4 Pessoas autônomas de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo;
- D3.5 Pessoas de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo fora da força de trabalho; e
- D3.6 Razão entre a renda média dos domicílios chefiados por homens e dos chefiados por mulheres.

A dimensão renda e trabalho foi a única que apresentou piora, no Distrito Federal, entre 2018 e 2021. Em 2018, o valor do conjunto dos indicadores da dimensão era 0,32 e, em 2021, 0,38 – o que representa um aumento de aproximadamente 19%. Das variações dos indicadores componentes,<sup>23</sup> destaca-se a redução de aproximadamente 15% na proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo e a piora do indicador relativo à razão entre a renda média dos domicílios chefiados por homens e dos chefiados por mulheres, que passou de 1,27 para 1,41.

Relatório | DIPOS - IPEDF Codeplan | Março 2024 |

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> No Apêndice H - Tabela 8, são apresentados os resultados dos cinco indicadores componentes da dimensão renda e trabalho, em 2018 e 2021, por Região Administrativa.

Quanto às disparidades existentes entre as RAs, o Gráfico 3 mostra que, em 2021, essa dimensão apresentou a maior amplitude de resultados: o menor valor foi 0,06 (Lago Sul)<sup>24</sup> e o maior, 0,86 (Sol Nascente/Pôr do Sol). Também é importante destacar a posição das RAs em relação ao resultado médio alcançado pelo DF como um todo. Em 2021, a maior parte das RAs (19 de 33) obteve resultado inferior ao do DF nessa dimensão, o que significa que elas estavam menos vulneráveis em termos de renda e trabalho do que a média do DF.

Como mencionado, Sol Nascente/Pôr do Sol apresentou o pior resultado na dimensão renda e trabalho em 2021. Entre 2018 e 2021, o valor da dimensão aumentou 30% na RA, o que fez com ela passasse da 30ª colocação no *ranking* das RAs para a 33ª. Em 2018, de fato, a RA mais vulnerável em termos de renda e trabalho era o Varjão, conforme mostra a Tabela 7, no apêndice deste relatório. Os principais indicadores relacionados à piora da condição de vulnerabilidade em renda e trabalho de Sol Nascente/Pôr do Sol são: i) a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo, que variou de 36% para 37,7% entre 2018 e 2021; e ii) a proporção de pessoas de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo fora da força de trabalho que passou de 11,5% para 16,5% no período em questão.

Algumas Regiões Administrativas tiveram aumentos importantes no valor da dimensão renda e trabalho entre 2018 e 2021, o que significa aumento na condição de vulnerabilidade dessas regiões. É o caso de Arniqueira (59%), Recanto das Emas (57%), Sobradinho II (38%) e Riacho Fundo (37%). Com exceção de Sobradinho II, o aumento do indicador D3.1 (proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo) nessas RAs está relacionado ao agravamento da sua condição de vulnerabilidade em renda e trabalho (ver Apêndice H - Tabela 8).

Apesar do Distrito Federal como um todo ter apresentado piora na dimensão renda e trabalho do IVS-DF, algumas RAs tiveram avanços importantes. O Varjão se destacou com uma redução de 43% no resultado da dimensão (que passou de 0,86, em 2018, para 0,49, em 2021), o que o fez subir 10 colocações no *ranking* das RAs, saindo do último lugar. Esse avanço do Varjão foi resultado de melhorias em todos os indicadores (Apêndice H - Tabela 8), com destaque para a redução de 49% na proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo (D3.1). Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Sobradinho, Taguatinga e Vicente Pires também avançaram nessa dimensão. Em todas elas, a redução na proporção de pessoas com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo (D3.1) é um dos principais movimentos relacionados à redução da vulnerabilidade em renda e trabalho. Mas a melhora em outros indicadores também se destaca, como: i) a redução de 31% na desocupação da população de 18 anos ou mais (D3.2) e de 66% na proporção de pessoas de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo fora da força de trabalho (D3.5) no Núcleo Bandeirante; e ii) a redução de 34% na desocupação da população de 18 anos ou mais (D3.2) em Candangolândia.

Os Mapas 7 e 8 permitem a visualização espacial dos resultados da dimensão renda e trabalho do IVS-DF em 2018 e 2021, respectivamente. Nota-se a concentração de regiões com baixa vulnerabilidade em renda e trabalho na parte central do território (cores mais claras), como também foi observado nas demais dimensões do IVS-DF.

Como apresentado no Apêndice G - Tabela 7, o menor valor na dimensão renda e trabalho foi obtido pelo SIA - Setor de Indústria e Abastecimento. No entanto, as características de uso dessa região – que concentra indústrias e galpões de armazenamento – fazem com que, nela, não existam muitos domicílios. Esse perfil influencia o tamanho e as características da amostra obtida na região, o que faz com que, muitas vezes, em análises socioeconômicas e demográficas do Distrito Federal, essa Região Administrativa não seja considerada.

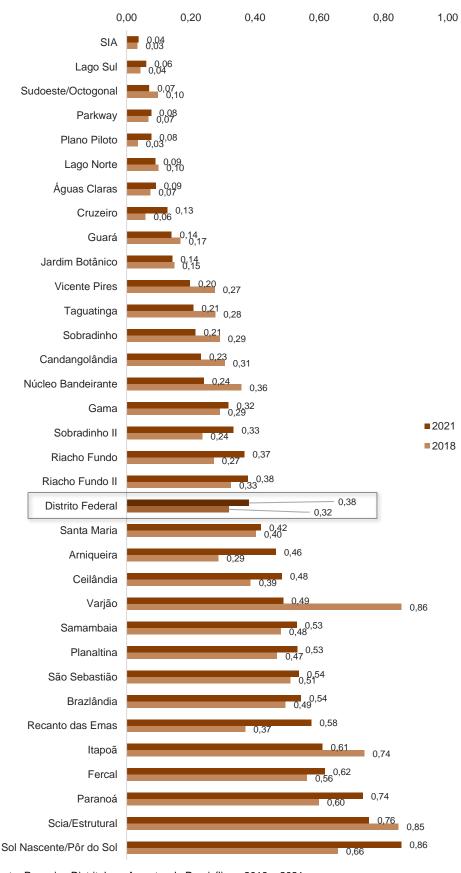
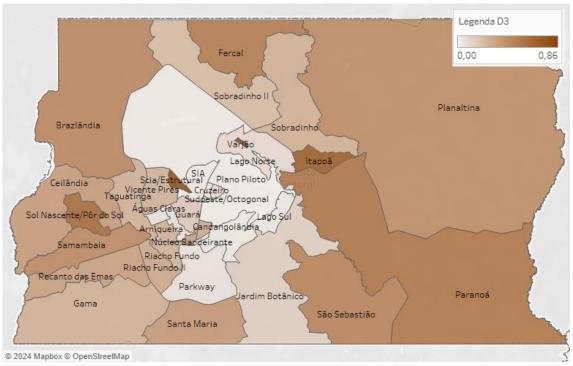


Gráfico 3 - Dimensão Renda e Trabalho (D3) por RA, 2018 e 2021



Mapa 7 - Dimensão Renda e Trabalho (D3) do IVS-DF. Distrito Federal, 2018

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018 Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.



Mapa 8 - Dimensão Renda e Trabalho (D3) do IVS-DF. Distrito Federal, 2021

Fonte: Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Elaboração: DIPOS/IPEDF Codeplan.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresentou o processo de elaboração e os resultados do Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal (IVS-DF) para o DF e também para cada uma das suas regiões administrativas em 2018 e 2021, assim como analisou as principais variações ocorridas entre os dois anos.

Para o cálculo do índice foram utilizados dados das edições de 2018 e de 2021 da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), pesquisa amostral realizada pelo IPEDF Codeplan com periodicidade bianual que fornece informações sobre aspectos demográficos, migratórios, condições sociais e econômicas, entre outras características da população do DF localizada em áreas urbanas e em áreas rurais com características urbanas. Além de os dados procederem de uma fonte única, serem coletados segundo uma mesma metodologia e possibilitarem a desagregação dos resultados para as regiões administrativas (RAs), uma importante vantagem da utilização da PDAD para o cálculo do índice decorre da possibilidade de continuação da série histórica do IVS-DF, uma vez que a pesquisa é realizada a cada dois anos pelo IPEDF Codeplan.

Como discutido neste relatório, é possível entender vulnerabilidade social de diferentes formas, sendo este um termo guarda-chuva que relaciona populações com o seu ambiente e sobre o qual não há consenso na literatura. De forma geral, entende-se que a vulnerabilidade social extrapola a falta de recursos financeiros, sendo fundamental que sua análise seja feita a partir da relação entre diversos fatores da estrutura social, como inserção no mercado de trabalho, qualidade das relações sociais, disponibilidade e acesso a serviços públicos. Neste trabalho, a vulnerabilidade social é entendida como fruto de um amplo processo social e não como algo determinado apenas por atributos individuais e se refere, especialmente, a um conjunto de ativos ou recursos cuja posse está relacionada ao bem-estar e à qualidade de vida da população.

O IVS-DF foi construído como um índice sintético que busca expressar de forma mensurável como estão as condições de vida e as carências da população quanto ao acesso, à ausência ou à insuficiência dos referidos ativos/recursos, em uma perspectiva multidimensional que leva em conta: i) a vulnerabilidade relacionada às condições dos domicílios em que as pessoas vivem e seus entornos (Dimensão 1 - Infraestrutura e Ambiência Urbana); ii) as condições de educação e formação da população (Dimensão 2 - Capital Humano); e iii) a insegurança de renda e precariedade nas condições de trabalho (Dimensão 3 - Renda e Trabalho).

Por ser fruto de um amplo processo social, a vulnerabilidade social não pode ser alterada apenas por meio dos próprios indivíduos. Esses ativos/recursos que são essenciais para o bem-estar social deveriam, em grande medida, ser providos pelo Estado por meio de políticas públicas. Diante disso, destaca-se a importância da atuação do Estado em suas funções alocativa (provisão de bens e serviços) e distributiva (redução das desigualdades) para garantir o acesso daqueles em situação de vulnerabilidade social à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais.

A relevância do IVS-DF reside no fato de que ele pode ser utilizado como uma ferramenta para avaliação das necessidades e das carências da população, e com isso, dos gargalos na oferta de bens e serviços no território do DF, de forma a atender à demanda de gestores públicos por dados e informações que auxiliem no desenho e na implementação de

políticas públicas e nas decisões quanto à focalização e à alocação de recursos. Nesse sentido, a construção de uma série histórica do índice pode contribuir não apenas para a produção de políticas públicas, mas também para avaliação dos seus resultados.

Os resultados apresentados neste relatório mostram que, entre 2018 e 2021, houve uma pequena variação no valor do IVS-DF do Distrito Federal (de 0,32, em 2018, para 0,33, em 2021) e a manutenção do resultado do DF em uma faixa de média vulnerabilidade social. Isso decorreu de compensações entre as mudanças nas RAs e nos indicadores que compõem o próprio resultado geral do Distrito Federal, e não de um quadro de estabilidade na vulnerabilidade do DF. Observa-se que houve melhora na vulnerabilidade em infraestrutura e ambiência urbana (dimensão 1) em 2021 em relação a 2018 devido, principalmente, à redução de 24% na proporção da população que vive em domicílios cuja rua não tem calçada, cuja calçada não tem meio fio ou não é de boa qualidade (indicador D1.4). Na dimensão 2 (capital humano), o resultado do DF não mudou entre 2018 e 2021, pois ocorreram poucas variações nos indicadores, que se anularam de forma geral. Na dimensão 3 (renda e trabalho), por sua vez, a vulnerabilidade média do DF aumentou no período analisado, devido a um aumento de 11% na razão entre a renda média dos domicílios chefiados por homens e dos chefiados por mulheres, que chegou a 1,41 em 2021.

Além das variações ocorridas, entre 2018 e 2021, nas dimensões componentes do IVS-DF, é válido destacar a contribuição de cada uma delas para a vulnerabilidade social da população residente no DF. Os resultados apresentados revelam que a dimensão de capital humano (dimensão 2) foi a que obteve o maior valor quando o DF foi analisado como um todo, o que indica que os aspectos mensurados por essa dimensão são os que mais contribuem para a vulnerabilidade social no DF. Essa dimensão foi seguida pela de renda e trabalho (dimensão 3) e pela de infraestrutura e ambiência urbana (dimensão 1), em termos de contribuição para a vulnerabilidade (para o valor final do IVS-DF).

Esses resultados despertam preocupação, uma vez que a única dimensão que apresentou melhora, entre 2018 e 2021, foi a de infraestrutura e ambiência urbana, justamente a que teve a menor contribuição para a vulnerabilidade social no DF. A dimensão capital humano, que mais contribuiu para o resultado final do IVS-DF nos dois anos analisados, ficou estável entre 2018 e 2021 e a dimensão renda e trabalho apresentou piora no período, como já destacado. A dimensão capital humano se configura, portanto, em um dos principais desafios para a superação da vulnerabilidade social no Distrito Federal e políticas e ações voltadas para ampliar o acesso e a permanência da população no sistema educacional e para melhorar a qualidade da educação devem estar entre as prioridades da agenda governamental.

Sobre a dimensão capital humano, ainda, merece destaque o crescimento do indicador referente à proporção de crianças de até três anos fora da escola (indicador D2.1). Em 2018, essa proporção era de 77,9% no DF, passando para 82,5% em 2021. Considerando a desagregação por RAs, observou-se que em 23 das 33 RAs esse indicador se elevou, sendo que os maiores aumentos relativos foram registrados em Sudoeste/Octogonal, Lago Norte, Park Way e Águas Claras. O aumento desse indicador pode estar relacionado ao contexto de isolamento social durante a pandemia da Covid-19. O processo de ensino e aprendizado foi especialmente afetado no período da pandemia por meio da Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020,<sup>25</sup> que estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Com a interrupção das atividades presenciais em creches e escolas, ficou permitido sua substituição por atividades pedagógicas não presenciais. Como a PDAD foi realizada ao longo de 2021, quando o isolamento social ainda era uma realidade, essas medidas podem ter tido impacto na frequência de crianças de 0 a 3

\_

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> BRASIL. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil">https://www.planalto.gov.br/ccivil</a> 03/ ato2019-2022/2020/lei/l14040.htm. Acesso em: 8 fev. 2024

anos em creches/escolas. Para essa faixa etária, a substituição de aulas presenciais por remotas é mais complexa do que em outras idades e etapas de ensino, o que pode ter desmotivado os pais a matricularem seus filhos de até 3 anos em escolas/creches durante o período de pandemia, especialmente por conta do fato de que, de acordo com a Lei Federal nº 12.796,²6 de 4 de abril de 2013, o ensino é obrigatório para crianças a partir de 4 anos de idade.

Ainda, com a volta das aulas presenciais, que foi ocorrendo ao longo de 2021, a proporção de crianças fora da escola pode não ter apresentado tanta variação, dada a preocupação com a transmissão do vírus, que pode ter influenciado os pais a deixarem seus filhos fora da escola, já que, para essa faixa etária, o ensino não é obrigatório. De fato, esse movimento de deixar os filhos fora da escola parece ter sido desigual entre as regiões administrativas, tendo ocorrido de forma mais intensa nas RAs de menor vulnerabilidade. Os resultados mostram que os maiores aumentos relativos, entre 2018 e 2021, na proporção de crianças de 0 a 3 anos fora da escola ocorreram em RAs de muito baixa vulnerabilidade social, o que levanta a hipótese de que as famílias desses territórios tem mais condições (recursos financeiros, humanos, tempo) de ficar com as crianças em casa e, com isso, prescindir de enviá-las para a creche ou escola, do que as famílias dos territórios mais vulneráveis, que podem precisar que as crianças fiquem na creche/escola justamente para conseguir trabalhar.

Outro indicador que merece destaque e precisa ser analisado com cautela é o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo (indicador D3.1), da dimensão renda e trabalho. Em 2018, esse percentual era de 16% no DF, passando para 13,6% em 2021. Houve, portanto, um aumento da renda domiciliar per capita nesse período. Quanto a isso, vale destacar que, com a pandemia, foram instituídos auxílios financeiros para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável, como o Auxílio Emergencial, estabelecido pelo Governo Federal por meio da Lei Federal nº 13.982, de abril de 2020,² que concedia o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais ao trabalhador que cumprisse cumulativamente alguns requisitos, entre os quais possuir renda familiar mensal per capita de até 1/2 (meio) salário mínimo. Inicialmente com duração de três meses, o auxílio foi estendido e teve duração de 17 meses, tendo, portanto, beneficiado famílias em 2021, e se configura, assim, em uma das possíveis explicações para a melhora do indicador D3.1 no período analisado.

A análise do IVS-DF desagregada pelas regiões administrativas permite uma compreensão mais detalhada das desigualdades existentes no território e reforça que existem iniquidades sociais, econômicas, de infraestrutura e de acesso ainda não superadas no Distrito Federal. A análise da evolução do índice de cada RA também revela como as trajetórias de desenvolvimento são desiguais, inclusive entre RAs que se encontravam em uma mesma faixa de vulnerabilidade no ano inicial da análise.

Por fim, é importante retomar a ressalva de que os indicadores do IVS-DF, por serem construídos a partir dos dados da PDAD, refletem a percepção dos respondentes quanto aos temas investigados na pesquisa e não são resultado de registros administrativos oficiais. Por isso, é preciso levar em consideração, ao interpretar os resultados apresentados neste relatório, que a melhora ou piora de um algum indicador pode decorrer de mudança de percepção das pessoas e não necessariamente da alteração concreta de uma determinada condição.

A nova edição da PDAD, a PDAD Ampliada 2023, está em processo de coleta de dados no momento da elaboração deste relatório e visitará domicílios localizados nas 35

-

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm</a>. Acesso em: 8 fev. 2024

<sup>27</sup> BRASIL. Lei nº 13.982, de abril de 2020. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil">https://www.planalto.gov.br/ccivil</a> 03/ ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

Regiões Administrativas do Distrito Federal e nos 12 municípios que compõem a Periferia Metropolitana de Brasília (PMB). Sua publicação permitirá a continuidade da série histórica do IVS-DF, contribuindo para a compreensão do território e para a elaboração e avaliação de políticas públicas distritais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTSOS, A. Mapping relative social vulnerability in six mostly urban municipalities in South Africa. **Applied Geography**, v.105, p. 86-101, abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.982, de abril de 2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº Lei nº 14.040**, **de 18 de agosto de 2020**. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2020/lei/l14040.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2020/lei/l14040.htm</a>. Acesso em: 8 fev. 2024.

COSTA, M. A. *et al.* **Vulnerabilidade social no Brasil**: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: Ipea, 2018 (Texto para Discussão, n. 2.364)

COSTA, M. A.; MARGUTI, B. O (ed.). Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2015. 77 p.

CUTTER, S. L.; BORUFF, B. J.; SHIRLEY, W. L. Social vulnerability to environmental hazards. **Social Science Quarterly**, v. 84, n. 2, p. 242-261, 2003.

IPEDF - INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. **Déficit Habitacional do Distrito Federal - 2021**. Relatório. Brasília, IPEDF, 2023.

KATZMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista CEPAL**, Santiago do Chile, n. 75, p. 171-189, dez. 2001.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. Sociedade em Debate, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 29-40, jul.-dez., 2011.

SCHUMANN, L. R. M. A.; MOURA, L. B. A. Índices sintéticos de vulnerabilidade: uma revisão integrativa da literatura. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 7, p. 2.105-2.120, 2015.

SCOTT, J. B. et al. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 600-615, ago. 2018.

SHUMANN, L. R. M. A. A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014.144 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional). Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

## **APÊNDICE**

APÊNDICE A - Tabela 1 - Índice de Vulnerabilidade Social do Distrito Federal e suas três dimensões por RA, 2018 e 2021

Território/Região Administrativa	IVS (	Geral	D1 - Infra e ambiên urbana	estrutura cia	D2 - Capi humano	tal	D3 - Renda e trabalho		
	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	
DISTRITO FEDERAL	0,32	0,33	0,22	0,20	0,43	0,43	0,32	0,38	
I. Plano Piloto	0,09	0,11	0,06	0,04	0,19	0,20	0,03	0,08	
II. Gama	0,29	0,27	0,22	0,22	0,37	0,28	0,29	0,32	
III. Taguatinga	0,29	0,21	0,24	0,09	0,35	0,33	0,28	0,21	
IV. Brazlândia	0,40	0,41	0,24	0,38	0,48	0,31	0,49	0,54	
V. Sobradinho	0,26	0,23	0,20	0,17	0,28	0,30	0,29	0,21	
VI. Planaltina	0,48	0,48	0,40	0,32	0,58	0,59	0,47	0,53	
VII. Paranoá	0,45	0,53	0,21	0,22	0,54	0,62	0,60	0,74	
VIII. Núcleo Bandeirante	0,29	0,21	0,19	0,10	0,32	0,29	0,36	0,24	
IX. Ceilândia	0,37	0,39	0,26	0,20	0,46	0,49	0,39	0,48	
X. Guará	0,19	0,14	0,09	0,09	0,30	0,18	0,17	0,14	
XI. Cruzeiro	0,08	0,12	0,03	0,03	0,14	0,21	0,06	0,13	
XII. Samambaia	0,38	0,38	0,21	0,14	0,46	0,47	0,48	0,53	
XIII. Santa Maria	0,42	0,37	0,29	0,18	0,55	0,50	0,40	0,42	
XIV. São Sebastião	0,44	0,54	0,20	0,55	0,61	0,53	0,51	0,54	
XV. Recanto das Emas	0,40	0,48	0,27	0,24	0,56	0,62	0,37	0,58	
XVI. Lago Sul	0,09	0,07	0,08	0,02	0,15	0,14	0,04	0,06	
VXII. Riacho Fundo	0,26	0,31	0,15	0,10	0,35	0,46	0,27	0,37	
VXIII. Lago Norte	0,19	0,15	0,17	0,11	0,29	0,25	0,10	0,09	
VIX. Candangolândia	0,26	0,26	0,13	0,10	0,34	0,44	0,31	0,23	
XX. Águas Claras	0,08	0,12	0,06	0,03	0,10	0,24	0,07	0,09	
XXI. Riacho Fundo II	0,33	0,30	0,20	0,17	0,46	0,35	0,33	0,38	
XXII. Sudoeste/Octogonal	0,08	0,09	0,00	0,04	0,14	0,15	0,10	0,07	
XXIII. Varjão	0,55	0,37	0,12	0,16	0,68	0,47	0,86	0,49	
XXIV. Park Way	0,14	0,15	0,15	0,10	0,20	0,28	0,07	0,08	
XXV. SCIA/Estrutural	0,79	0,75	0,69	0,62	0,83	0,86	0,85	0,76	
XXVI. Sobradinho II	0,29	0,35	0,27	0,33	0,38	0,39	0,24	0,33	
XXVII. Jardim Botânico	0,17	0,17	0,18	0,15	0,19	0,23	0,15	0,14	
XXVIII. Itapoã	0,58	0,49	0,31	0,31	0,69	0,54	0,74	0,61	
XXIX. SIA	0,12	0,14	0,05	0,16	0,28	0,23	0,03	0,04	
XXX. Vicente Pires	0,28	0,27	0,30	0,25	0,26	0,38	0,27	0,20	
XXXI. Fercal	0,61	0,60	0,51	0,60	0,74	0,58	0,56	0,62	
XXXII. Sol Nascente/Pôr do Sol	0,66	0,71	0,64	0,54	0,67	0,73	0,66	0,86	
XXXIII. Arniqueira	0,29	0,35	0,17	0,14	0,40	0,44	0,29	0,46	

## APÊNDICE B - Tabela 2 - Ranking e faixas do IVS-DF, 2018 e 2021

	2018		2021					
Colocação	Região Administrativa	IVS-DF	Colocação	Região Administrativa	IVS-DF			
1°	Cruzeiro	0,08	1°	Lago Sul	0,07			
2°	Sudoeste/Octogonal	0,08	2°	Sudoeste/Octogonal	0,09			
3°	Águas Claras	0,08	3°	Plano Piloto	0,11			
4°	Lago Sul	0,09	4°	Águas Claras	0,12			
5°	Plano Piloto	0,09	5°	Cruzeiro	0,12			
6°	SAI	0,12	6°	Guará	0,14			
7°	Park Way	0,14	7°	SIA	0,14			
8°	Jardim Botânico	0,17	8°	Lago Norte	0,15			
9°	Guará	0,19	9°	Park Way	0,15			
10°	Lago Norte	0,19	10°	Jardim Botânico	0,17			
11°	Riacho Fundo	0,26	11°	Taguatinga	0,21			
12°	Candangolândia	0,26	12°	Núcleo Bandeirante	0,21			
13°	Sobradinho	0,26	13°	Sobradinho	0,23			
14°	Vicente Pires	0,28	14°	Candangolândia	0,26			
15°	Arniqueira	0,29	15°	Gama	0,27			
16°	Núcleo Bandeirante	0,29	16°	Vicente Pires	0,27			
17°	Taguatinga	0,29	17°	Riacho Fundo II	0,30			
18°	Sobradinho II	0,29	18°	Riacho Fundo	0,31			
19°	Gama	0,29	19°	Arniqueira	0,35			
20°	Riacho Fundo II	0,33	20°	Sobradinho II	0,35			
21°	Ceilândia	0,37	21°	Santa Maria	0,37			
22°	Samambaia	0,38	22°	Varjão	0,37			
23°	Recanto das Emas	0,40	23°	Samambaia	0,38			
24°	Brazlândia	0,40	24°	Ceilândia	0,39			
25°	Santa Maria	0,42	25°	Brazlândia	0,41			
26°	São Sebastião	0,44	26°	Recanto das Emas	0,48			
27°	Paranoá	0,45	27°	Planaltina	0,48			
28°	Planaltina	0,48	28°	Itapoã	0,49			
29°	Varjão	0,55	29°	Paranoá	0,53			
30°	Itapoã	0,58	30°	São Sebastião	0,54			
31°	Fercal	0,61	31°	Fercal	0,60			
32°	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,66	32°	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,71			
33°	SCIA/Estrutural	0,79	33°	SCIA/Estrutural	0,75			

#### APÊNDICE C - Tabela 3 - Ranking da Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1), 2018 e 2021

Colocação			Território/Região Administrativa	2018	2021	$\Delta$ índice
em 2021	em 2018	$\Delta$ posições	DISTRITO FEDERAL	0,22	0,20	-0,026
1º	6°	<b>↑5</b>	Lago Sul	0,08	0,02	-0,053
2°	2°	=	Cruzeiro	0,03	0,03	-0,002
3°	5°	<b>↑2</b>	Águas Claras	0,06	0,03	-0,031
4°	1°	<b>↓3</b>	Sudoeste/Octogonal	0,00	0,04	0,041
5°	4°	↓1	Plano Piloto	0,06	0,04	-0,014
6°	23°	<b>↑17</b>	Taguatinga	0,24	0,09	-0,149
7°	7°	=	Guará	0,09	0,09	0,007
8°	10°	<b>↑2</b>	Park Way	0,15	0,10	-0,043
9°	11°	<b>↑2</b>	Riacho Fundo	0,15	0,10	-0,044
10°	15°	<b>↑5</b>	Núcleo Bandeirante	0,19	0,10	-0,081
11°	9°	<b>↓2</b>	Candangolândia	0,13	0,10	-0,021
12°	13°	<b>↑1</b>	Lago Norte	0,17	0,11	-0,059
13°	20°	<b>↑7</b>	Samambaia	0,21	0,14	-0,073
14°	12°	<b>↓2</b>	Arniqueira	0,17	0,14	-0,026
15°	14°	↓1	Jardim Botânico	0,18	0,15	-0,026
16°	8°	<b>↓8</b>	Varjão	0,12	0,16	0,031
17°	3°	<b>↓14</b>	SIA	0,05	0,16	0,113
18°	18°	=	Sobradinho	0,20	0,17	-0,036
19°	17°	<b>↓2</b>	Riacho Fundo II	0,20	0,17	-0,034
20°	27°	<b>↑7</b>	Santa Maria	0,29	0,18	-0,115
21°	24°	<b>↑3</b>	Ceilândia	0,26	0,20	-0,064
22°	19°	<b>↓3</b>	Paranoá	0,21	0,22	0,005
23°	21°	<b>↓2</b>	Gama	0,22	0,22	-0,001
24°	26°	<b>↑2</b>	Recanto das Emas	0,27	0,24	-0,033
25°	28°	<b>↑3</b>	Vicente Pires	0,30	0,25	-0,058
26°	29°	<b>↑3</b>	Itapoã	0,31	0,31	-0,005
27°	30°	<b>↑3</b>	Planaltina	0,40	0,32	-0,073
28°	25°	<b>↓3</b>	Sobradinho II	0,27	0,33	0,059
29°	22°	<b>↓7</b>	Brazlândia	0,24	0,38	0,141
30°	32°	<b>↑2</b>	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,64	0,54	-0,098
31°	16°	<b>↓15</b>	São Sebastião	0,20	0,55	0,355
32°	31°	<b>↓1</b>	Fercal	0,51	0,60	0,089
33°	33°	=	SCIA/Estrutural	0,69	0,62	-0,070

APÊNDICE D - Tabela 4 - Indicadores componentes da Dimensão Infraestrutura e Ambiência Urbana (D1) por RA, 2018 e 2021

Território/Região Administrativa	D1.1 - Acesso saneamento b		D1.2 - Tempo deslocamento		D1.3 - Condiçã	ăo viária	D1.4 - Condiçã	ăo da calçada	D1.5 - Ambiência urbana		
Territorio/Regiao Administrativa	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	
DISTRITO FEDERAL	2,60%	4,61%	9,02%	11,09%	0,85%	1,69%	30,75%	23,52%	28,08%	28,80%	
I. Plano Piloto	0,14%	0,06%	1,39%	0,89%	0,00%	0,03%	27,23%	16,98%	1,86%	3,08%	
II. Gama	3,24%	4,40%	9,10%	18,28%	0,72%	3,42%	31,64%	24,80%	25,15%	17,36%	
III. Taguatinga	0,11%	0,38%	11,32%	4,03%	0,05%	0,11%	27,03%	13,11%	37,32%	20,75%	
IV. Brazlândia	0,70%	2,88%	14,17%	43,82%	0,00%	0,66%	22,06%	10,77%	30,59%	61,38%	
V. Sobradinho	12,17%	12,41%	5,01%	3,96%	0,56%	1,93%	31,76%	20,53%	15,08%	20,27%	
VI. Planaltina	0,29%	3,04%	21,61%	26,19%	0,30%	0,79%	32,79%	28,83%	52,57%	52,59%	
VII. Paranoá	1,37%	8,75%	7,21%	8,99%	0,00%	4,05%	21,45%	17,45%	45,05%	32,03%	
VIII. Núcleo Bandeirante	3,74%	0,51%	5,43%	2,28%	0,35%	0,23%	44,58%	34,95%	10,44%	6,77%	
IX. Ceilândia	0,24%	0,72%	12,67%	17,91%	0,00%	0,00%	33,75%	22,13%	33,59%	29,66%	
X. Guará	0,07%	0,96%	1,85%	6,04%	0,00%	0,17%	29,38%	18,38%	9,96%	11,34%	
XI. Cruzeiro	0,56%	0,00%	1,62%	1,90%	0,00%	0,00%	16,05%	12,68%	3,34%	1,12%	
XII. Samambaia	0,05%	0,00%	10,78%	8,76%	0,14%	0,00%	27,60%	18,08%	28,29%	28,22%	
XIII. Santa Maria	0,83%	0,84%	20,89%	17,01%	0,11%	0,23%	23,45%	17,33%	24,78%	27,17%	
XIV. São Sebastião	0,46%	29,40%	7,68%	20,41%	0,67%	16,19%	24,06%	46,33%	34,29%	44,23%	
XV. Recanto das Emas	1,09%	7,58%	15,36%	12,00%	0,06%	0,00%	28,79%	24,38%	30,70%	45,43%	
XVI. Lago Sul	1,59%	2,78%	2,64%	1,30%	0,00%	0,00%	22,28%	3,89%	7,65%	3,99%	
VXII. Riacho Fundo	0,10%	1,13%	6,20%	3,07%	0,97%	0,83%	30,58%	30,16%	13,80%	6,90%	
VXIII. Lago Norte	9,09%	6,70%	3,30%	1,55%	0,68%	1,17%	39,03%	21,19%	7,30%	13,25%	
VIX. Candangolândia	0,23%	0,00%	3,16%	1,57%	0,00%	0,15%	35,08%	25,67%	14,05%	18,84%	
XX. Águas Claras	0,00%	0,24%	5,10%	3,59%	0,00%	0,19%	15,01%	4,14%	4,15%	5,56%	
XXI. Riacho Fundo II	1,63%	3,10%	11,04%	15,18%	1,59%	0,05%	19,57%	18,20%	23,71%	21,93%	
XXII. Sudoeste/Octogonal	0,00%	0,00%	0,66%	0,18%	0,00%	0,00%	11,40%	20,70%	0,53%	0,83%	
XXIII. Varjão	0,41%	0,35%	2,72%	3,62%	0,23%	0,00%	33,45%	30,93%	16,15%	30,69%	
XXIV. Park Way	3,55%	3,45%	2,08%	6,99%	0,84%	0,00%	46,33%	25,54%	4,46%	3,12%	
XXV. SCIA/Estrutural	28,20%	26,13%	5,20%	6,13%	30,28%	22,12%	59,29%	62,81%	66,68%	66,42%	
XXVI. Sobradinho II	15,43%	13,22%	5,08%	7,12%	1,06%	0,00%	32,55%	44,87%	31,13%	61,62%	
XXVII. Jardim Botânico	13,65%	13,44%	5,80%	5,71%	0,20%	1,70%	26,52%	21,12%	6,53%	10,00%	
XXVIII. Itapoã	0,41%	1,17%	9,88%	12,30%	0,54%	0,22%	30,67%	34,39%	64,11%	70,58%	
XXIX. SIA	0,00%	0,00%	1,00%	0,58%	0,00%	3,28%	25,73%	26,20%	2,99%	32,37%	
XXX. Vicente Pires	1,02%	12,86%	5,71%	6,59%	1,44%	5,93%	54,86%	23,72%	47,39%	29,70%	
XXXI. Fercal	38,70%	57,43%	7,52%	11,86%	2,19%	3,90%	81,04%	85,69%	15,38%	47,14%	
XXXII. Sol Nascente/Pôr do Sol	17,53%	7,86%	11,17%	30,35%	7,16%	4,80%	82,93%	57,69%	78,91%	83,27%	
XXXIII. Arniqueira	3,26%	2,15%	4,20%	5,60%	0,23%	0,00%	30,02%	24,26%	26,72%	26,68%	

#### APÊNDICE E - Tabela 5 - Ranking da Dimensão Capital Humano (D2), 2018 e 2021

Colocação Colocação		A ===!====	Território/Região Administrativa	2018	2021	$\Delta$ índice
em 2021	em 2018	$\Delta$ posições	DISTRITO FEDERAL	0,43	0,43	-0,001
1°	4°	<b>↑3</b>	Lago Sul	0,15	0,14	-0,020
2°	3°	<b>↑1</b>	Sudoeste/Octogonal	0,14	0,15	0,011
3°	12°	<b>↑9</b>	Guará	0,30	0,18	-0,123
4°	5°	<b>↑1</b>	Plano Piloto	0,19	0,20	0,013
5°	2°	<b>↓3</b>	Cruzeiro	0,14	0,21	0,075
6°	6°	=	Jardim Botânico	0,19	0,23	0,036
7°	9°	<b>↑2</b>	SIA	0,28	0,23	-0,042
8°	1°	<b>↓7</b>	Águas Claras	0,10	0,24	0,142
9°	11°	<b>↑2</b>	Lago Norte	0,29	0,25	-0,041
10°	17°	<b>↑7</b>	Gama	0,37	0,28	-0,094
11°	7°	<b>↓4</b>	Park Way	0,20	0,28	0,079
12°	13°	<b>↑1</b>	Núcleo Bandeirante	0,32	0,29	-0,026
13°	10°	<b>↓3</b>	Sobradinho	0,28	0,30	0,021
14°	23°	<b>↑9</b>	Brazlândia	0,48	0,31	-0,169
15°	15°	=	Taguatinga	0,35	0,33	-0,021
16°	22°	<b>↑6</b>	Riacho Fundo II	0,46	0,35	-0,119
17°	8°	<b>↓9</b>	Vicente Pires	0,26	0,38	0,119
18°	18°	=	Sobradinho II	0,38	0,39	0,015
19°	19°	=	Arniqueira	0,40	0,44	0,039
20°	14°	<b>↓6</b>	Candangolândia	0,34	0,44	0,105
21°	16°	<b>↓5</b>	Riacho Fundo	0,35	0,46	0,111
22°	21°	↓1	Samambaia	0,46	0,47	0,014
23°	30°	<b>↑7</b>	Varjão	0,68	0,47	-0,204
24°	20°	<b>↓4</b>	Ceilândia	0,46	0,49	0,035
25°	25°	=	Santa Maria	0,55	0,50	-0,053
26°	28°	<b>↑2</b>	São Sebastião	0,61	0,53	-0,080
27°	31°	<b>↑4</b>	Itapoã	0,69	0,54	-0,153
28°	32°	<b>↑4</b>	Fercal	0,74	0,58	-0,162
29°	27°	<b>↓2</b>	Planaltina	0,58	0,59	0,009
30°	24°	<b>↓6</b>	Paranoá	0,54	0,62	0,082
31°	26°	<b>↓</b> 5	Recanto das Emas	0,56	0,62	0,065
32°	29°	<b>↓3</b>	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,67	0,73	0,054
33°	33°	=	SCIA/Estrutural	0,83	0,86	0,034

APÊNDICE F - Tabela 6 - Indicadores componentes da Dimensão Capital Humano (D2) por RA, 2018 e 2021

Território/Região Administrativa		D2.1 – Crianças de até 3 anos fora da escola  D2.2 – Pessoas de 4 a 14 anos fora da escola		a 17 anos que tiveram filhos analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais			14 anos vivendo em domicílio em que		D2.6 – Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham o		D2.7 – Pessoas de 15 a 18 anos que não concluíram o ensino fundamental		D2.8 – Pessoas de 19 a 24 anos que não concluíram o ensino médio			
	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021
DISTRITO FEDERAL	77,90%	82,46%	4,26%	5,55%	1,95%	0,55%	1,80%	2,86%	2,85%	4,32%	27,68%	24,72%	22,02%	24,53%	21,53%	21,01%
I. Plano Piloto	64,93%	74,11%	3,12%	2,79%	0,00%	0,80%	0,35%	0,57%	0,31%	0,03%	25,37%	20,49%	11,28%	15,46%	6,20%	6,82%
II. Gama	79,27%	86,89%	3,20%	4,52%	1,76%	0,00%	2,07%	2,55%	2,40%	1,00%	24,48%	22,68%	14,96%	9,44%	18,27%	8,10%
III. Taguatinga	80,25%	86,35%	6,57%	6,03%	0,00%	0,00%	0,92%	1,28%	1,03%	0,64%	34,53%	26,45%	13,50%	18,00%	15,85%	15,15%
IV. Brazlândia	65,77%	75,90%	6,51%	2,68%	0,00%	0,98%	3,58%	4,55%	3,88%	2,92%	28,66%	20,17%	25,20%	11,12%	22,85%	8,08%
V. Sobradinho	74,31%	85,24%	1,32%	3,60%	0,00%	0,00%	0,82%	2,54%	3,09%	1,85%	23,97%	22,53%	16,54%	15,76%	15,06%	11,56%
VI. Planaltina	91,10%	82,89%	5,50%	4,73%	1,02%	1,98%	3,36%	4,85%	4,59%	7,18%	30,25%	22,11%	34,22%	33,18%	24,33%	27,72%
VII. Paranoá	75,62%	93,92%	3,79%	8,30%	2,57%	0,00%	3,26%	3,99%	2,82%	9,01%	28,24%	28,81%	32,80%	37,69%	36,03%	28,93%
VIII. Núcleo Bandeirante	76,44%	81,38%	3,35%	3,62%	0,00%	0,00%	0,67%	0,71%	4,53%	8,87%	22,16%	21,75%	15,30%	16,13%	15,32%	8,15%
IX. Ceilândia	79,61%	84,20%	4,13%	4,16%	2,16%	0,00%	2,08%	5,13%	3,31%	3,12%	28,07%	29,10%	22,22%	27,12%	25,11%	29,87%
X. Guará	76,32%	62,08%	6,57%	2,68%	0,00%	0,00%	0,65%	0,86%	0,26%	1,86%	33,36%	18,13%	15,26%	23,23%	7,63%	14,57%
XI. Cruzeiro	70,45%	72,33%	0,71%	2,85%	0,00%	0,00%	0,74%	2,82%	0,00%	0,00%	21,36%	19,47%	6,52%	15,94%	2,56%	9,49%
XII. Samambaia	76,84%	86,05%	3,63%	5,32%	1,29%	0,00%	3,07%	3,30%	1,40%	5,05%	29,15%	27,48%	28,89%	29,30%	26,70%	24,96%
XIII. Santa Maria	81,73%	80,35%	2,09%	5,43%	5,27%	2,84%	2,84%	3,07%	4,34%	4,34%	33,28%	21,48%	23,83%	18,88%	28,00%	26,02%
XIV. São Sebastião	81,40%	80,51%	5,61%	7,77%	7,13%	1,51%	1,87%	2,36%	6,23%	6,64%	25,09%	30,54%	26,20%	23,53%	25,85%	27,94%
XV. Recanto das Emas	86,85%	78,74%	4,23%	5,37%	1,73%	1,05%	2,81%	6,04%	6,07%	10,76%	29,25%	29,89%	26,19%	33,70%	30,85%	26,02%
XVI. Lago Sul	56,30%	78,39%	3,66%	0,87%	0,00%	0,00%	0,70%	0,50%	0,67%	0,00%	15,38%	10,12%	6,84%	20,56%	7,64%	7,88%
VXII. Riacho Fundo	81,32%	83,70%	1,67%	15,03%	1,81%	0,00%	1,87%	2,57%	3,07%	3,46%	25,91%	27,17%	12,54%	19,94%	15,07%	16,11%
VXIII. Lago Norte	55,56%	82,45%	0,74%	8,56%	6,32%	0,00%	1,13%	0,43%	0,75%	0,00%	26,48%	8,84%	13,81%	23,23%	6,11%	18,36%
VIX. Candangolândia	63,94%	78,91%	0,81%	4,24%	2,56%	1,93%	3,16%	2,41%	2,28%	7,53%	23,29%	24,45%	13,91%	14,73%	13,94%	20,25%
XX. Águas Claras	58,24%	82,86%	2,27%	3,58%	0,00%	0,00%	0,00%	0,66%	0,00%	0,00%	10,18%	15,40%	10,33%	32,38%	5,68%	7,13%
XXI. Riacho Fundo II	91,93%	78,65%	3,94%	5,51%	5,13%	0,00%	1,54%	2,21%	1,29%	5,29%	31,13%	23,33%	14,29%	19,38%	26,02%	17,58%
XXII. Sudoeste/Octogonal	51,50%	79,00%	2,95%	1,17%	0,00%	0,00%	0,00%	1,03%	0,74%	0,00%	13,95%	21,17%	16,32%	8,85%	4,79%	3,37%
XXIII. Varjão	74,11%	70,79%	1,31%	5,51%	6,68%	0,00%	3,29%	5,02%	7,78%	8,83%	28,07%	22,41%	35,07%	29,12%	40,32%	31,05%
XXIV. Park Way	64,40%	94,05%	2,74%	10,77%	0,00%	0,00%	0,47%	0,18%	1,27%	0,46%	21,04%	16,99%	15,21%	16,62%	6,87%	2,21%
XXV. SCIA/Estrutural	90,50%	87,78%	8,41%	9,95%	5,33%	2,07%	4,47%	5,08%	5,08%	15,06%	31,73%	32,10%	42,48%	44,61%	52,42%	44,72%
XXVI. Sobradinho II	78,71%	86,57%	3,42%	7,25%	0,00%	0,00%	1,78%	3,36%	3,69%	2,38%	22,71%	24,50%	23,91%	21,42%	17,65%	13,20%
XXVII. Jardim Botânico	61,37%	73,30%	2,12%	2,92%	0,95%	0,00%	0,52%	1,48%	0,79%	0,94%	20,02%	22,60%	11,39%	20,41%	9,02%	9,39%
XXVIII. Itapoã	82,34%	85,76%	5,76%	8,55%	5,45%	0,00%	2,67%	3,72%	6,42%	9,14%	30,84%	23,41%	36,45%	35,78%	37,48%	24,24%
XXIX. SIA	24,95%	76,88%	2,87%	5,02%	0,00%	0,00%	0,66%	0,15%	0,00%	0,00%	53,88%	28,53%	32,13%	17,01%	8,76%	7,04%
XXX. Vicente Pires	79,02%	84,48%	2,96%	8,42%	1,55%	0,42%	0,51%	1,38%	0,75%	2,17%	22,17%	18,79%	12,91%	30,40%	10,14%	14,42%
XXXI. Fercal	91,73%	89,43%	10,62%	8,49%	2,70%	0,00%	3,85%	3,85%	5,55%	9,76%	37,42%	27,38%	28,57%	25,29%	39,78%	35,52%
XXXII. Sol Nascente/Pôr do Sol	92,12%	92,02%	7,51%	12,75%	3,60%	1,07%	3,33%	3,25%	4,75%	10,17%	34,74%	34,44%	24,83%	28,61%	40,77%	40,91%
XXXIII. Arniqueira	82,55%	86,36%	5,62%	4,38%	2,53%	0,00%	0,95%	5,97%	2,58%	3,00%	19,97%	25,39%	24,01%	15,32%	14,27%	22,88%

#### APÊNDICE G - Tabela 7 - Ranking da Dimensão Renda e Trabalho (D3), 2018 e 2021

Colocação	Colocação	A ===!====	Território/Região Administrativa	2018	2021	$\Delta$ índice
em 2021	em 2018	$\Delta$ posições	DISTRITO FEDERAL	0,32	0,38	0,062
1°	1°	=	SIA	0,03	0,04	0,004
2°	3°	<b>↑1</b>	Lago Sul	0,04	0,06	0,019
3°	7°	<b>↑4</b>	Sudoeste/Octogonal	0,10	0,07	-0,027
4°	5°	<b>↑1</b>	Park Way	0,07	0,08	0,009
5°	2°	<b>↓3</b>	Plano Piloto	0,03	0,08	0,042
6°	8°	<b>↑2</b>	Lago Norte	0,10	0,09	-0,009
7°	6°	<b>↓1</b>	Águas Claras	0,07	0,09	0,016
8°	4°	<b>↓4</b>	Cruzeiro	0,06	0,13	0,067
9°	10°	<b>↑1</b>	Guará	0,17	0,14	-0,028
10°	9°	<b>↓1</b>	Jardim Botânico	0,15	0,14	-0,006
11°	13°	<b>↑2</b>	Vicente Pires	0,27	0,20	-0,077
12°	14°	<b>↑2</b>	Taguatinga	0,28	0,21	-0,068
13°	17°	<b>↑4</b>	Sobradinho	0,29	0,21	-0,076
14°	18°	<b>↑4</b>	Candangolândia	0,31	0,23	-0,074
15°	20°	<b>↑5</b>	Núcleo Bandeirante	0,36	0,24	-0,117
16°	16°	=	Gama	0,29	0,32	0,027
17°	11°	<b>↓6</b>	Sobradinho II	0,24	0,33	0,097
18°	12°	<b>↓6</b>	Riacho Fundo	0,27	0,37	0,095
19°	19°	=	Riacho Fundo II	0,33	0,38	0,052
20°	23°	<b>↑3</b>	Santa Maria	0,40	0,42	0,016
21°	15°	<b>↓6</b>	Arniqueira	0,29	0,46	0,179
22°	22°	=	Ceilândia	0,39	0,48	0,097
23°	33°	<b>↑10</b>	Varjão	0,86	0,49	-0,368
24°	25°	<b>↑1</b>	Samambaia	0,48	0,53	0,049
25°	24°	<b>↓1</b>	Planaltina	0,47	0,53	0,062
26°	27°	<b>↑1</b>	São Sebastião	0,51	0,54	0,026
27°	26°	↓1	Brazlândia	0,49	0,54	0,049
28°	21°	<b>↓7</b>	Recanto das Emas	0,37	0,58	0,206
29°	31°	<b>↑2</b>	Itapoã	0,74	0,61	-0,130
30°	28°	<b>↑2</b>	Fercal	0,56	0,62	0,056
31°	29°	<b>↑2</b>	Paranoá	0,60	0,74	0,137
32°	32°	=	SCIA/Estrutural	0,85	0,76	-0,091
33°	30°	<b>↓3</b>	Sol Nascente/Pôr do Sol	0,66	0,86	0,198

APÊNDICE H - Tabela 8 - Indicadores componentes da Dimensão Renda e Trabalho (D3) por RA, 2018 e 2021

Território/Região Administrativa	D3.1 – Pessoas com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo		D3.2 – Desocupação da população de 18 anos ou mais		D3.3 – Informalidade da população de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo		salário mínimo		D3.5 – Pessoas de 18 anos ou mais com renda domiciliar per capita de até ½ salário mínimo fora da força de trabalho		D3.6 – Razão entre a renda média dos domicílios chefiados por homens e por mulheres	
	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021	2018	2021
DISTRITO FEDERAL	16,04%	13,62%	7,39%	6,50%	1,62%	1,38%	1,14%	0,90%	5,37%	5,15%	1,27	1,41
I. Plano Piloto	1,87%	1,55%	2,58%	1,77%	0,09%	0,04%	0,10%	0,05%	0,94%	0,90%	0,98	1,08
II. Gama	12,46%	6,79%	9,13%	6,83%	0,89%	0,41%	0,69%	0,65%	4,26%	1,41%	1,25	1,66
III. Taguatinga	9,22%	5,43%	6,72%	4,93%	1,17%	0,42%	1,04%	0,36%	3,30%	2,11%	1,37	1,27
IV. Brazlândia	24,25%	21,01%	9,28%	14,28%	2,59%	2,45%	2,67%	2,08%	9,30%	5,51%	1,35	1,10
V. Sobradinho	12,33%	5,22%	5,68%	8,91%	1,39%	0,14%	1,04%	0,13%	3,87%	2,23%	1,41	1,15
VI. Planaltina	30,10%	20,68%	4,03%	10,07%	3,99%	1,59%	2,79%	0,84%	11,83%	7,20%	1,24	1,67
VII. Paranoá	33,54%	33,80%	10,94%	9,62%	3,88%	3,71%	3,12%	2,20%	10,53%	10,18%	1,34	1,58
VIII. Núcleo Bandeirante	13,02%	6,06%	7,73%	5,32%	0,72%	1,45%	0,55%	1,08%	5,14%	1,73%	1,64	1,05
IX. Ceilândia	19,14%	18,91%	9,84%	6,95%	1,77%	2,27%	1,19%	1,16%	6,68%	9,06%	1,28	1,35
X. Guará	4,87%	3,48%	5,99%	4,46%	0,39%	0,26%	0,31%	0,27%	1,83%	1,89%	1,23	1,05
XI. Cruzeiro	2,24%	3,48%	3,81%	2,26%	0,07%	0,18%	0,07%	0,00%	1,27%	1,80%	1,00	1,20
XII. Samambaia	19,04%	15,08%	12,16%	9,12%	1,26%	1,98%	0,72%	1,58%	6,42%	5,04%	1,68	1,73
XIII. Santa Maria	26,92%	17,16%	10,02%	7,11%	1,76%	1,24%	1,10%	0,67%	8,81%	7,31%	1,13	1,45
XIV. São Sebastião	23,90%	23,64%	12,94%	8,35%	2,92%	2,78%	1,86%	1,48%	5,84%	7,99%	1,41	1,31
XV. Recanto das Emas	17,33%	25,65%	11,50%	10,57%	1,49%	2,31%	0,85%	1,01%	5,95%	10,42%	1,22	1,40
XVI. Lago Sul	0,15%	0,30%	3,76%	0,66%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,08%	0,11%	1,03	1,16
VXII. Riacho Fundo	10,46%	13,28%	9,32%	5,95%	0,67%	1,15%	0,21%	1,11%	3,00%	5,97%	1,32	1,33
VXIII. Lago Norte	3,29%	1,47%	1,94%	3,45%	0,22%	0,10%	0,36%	0,04%	1,24%	0,65%	1,24	1,04
VIX. Candangolândia	9,20%	6,71%	8,04%	5,29%	1,01%	0,34%	0,74%	0,25%	3,06%	2,60%	1,48	1,35
XX. Águas Claras	2,12%	1,35%	3,15%	2,69%	0,00%	0,03%	0,00%	0,00%	1,68%	0,87%	1,11	1,11
XXI. Riacho Fundo II	18,91%	13,30%	5,50%	9,24%	1,04%	1,49%	0,58%	0,76%	7,76%	5,05%	1,40	1,24
XXII. Sudoeste/Octogonal	1,11%	1,27%	1,57%	0,41%	0,19%	0,07%	0,00%	0,32%	0,92%	0,71%	1,36	1,08
XXIII. Varjão	35,75%	18,20%	12,46%	10,20%	8,37%	2,25%	5,72%	0,80%	9,15%	6,57%	1,70	1,40
XXIV. Park Way	2,67%	0,72%	2,15%	0,92%	0,23%	0,08%	0,11%	0,08%	0,58%	0,37%	1,15	1,16
XXV. SCIA/Estrutural	45,71%	33,20%	7,60%	7,62%	7,60%	4,38%	5,95%	2,74%	17,84%	14,35%	1,48	1,35
XXVI. Sobradinho II	15,57%	13,27%	4,41%	8,74%	1,54%	1,11%	1,14%	0,49%	4,71%	3,55%	1,13	1,25
XXVII. Jardim Botânico	5,31%	3,20%	5,12%	2,98%	0,77%	0,28%	0,43%	0,40%	2,06%	1,39%	1,13	1,15
XXVIII. Itapoã	36,26%	24,75%	11,60%	10,30%	6,78%	3,54%	4,37%	2,06%	9,09%	8,34%	1,53	1,25
XXIX. SIA	0,16%	2,49%	2,08%	1,08%	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,05%	1,09	0,85
XXX. Vicente Pires	5,40%	4,00%	4,65%	3,59%	0,71%	0,54%	0,35%	0,38%	2,06%	1,63%	1,76	1,33
XXXI. Fercal	35,84%	29,69%	5,83%	9,27%	4,39%	2,21%	2,66%	2,06%	15,50%	13,28%	1,27	1,24
XXXII. Sol Nascente/Pôr do Sol	36,00%	37,72%	11,43%	6,52%	5,03%	4,36%	3,73%	3,93%	11,48%	16,50%	1,31	1,46
XXXIII. Arniqueira	12,13%	18,68%	3,81%	5,46%	1,24%	2,18%	0,99%	1,62%	4,33%	7,27%	1,52	1,36

#### Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan

Setor de Administração Municipal SAM Bloco H, Setores Complementares Ed. IPEDF Codeplan CEP: 70620-080 - Brasília-DF

> Fone: (0xx61) 3342-2222 www.ipe.df.gov.br ipe@ipe.df.gov.br



